

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**O MAPA DA INEQUIDADE NA ARQUITETURA E URBANISMO:  
O CENSO DO CAU SOB UM OLHAR INTERSECCIONAL**

AUTORA: ANA LATERZA  
ORIENTADORA: PROFA. DRA. MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA, HISTÓRIA E CRÍTICA (THC)  
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E TEORIA DA ARQUITETURA (HTA)

BRASÍLIA/DF, SETEMBRO DE 2022

## RESUMO

As teorias pós-estruturalistas do final do século XX reformularam a forma de compreender a formação das identidades e subjetividades, assim como a própria produção do saber. A crise dos modelos do mundo central deu lugar ao pluralismo, abrindo espaço para perspectivas até então deixadas às margens das estruturas hegemônicas. A partir dessa premissa, para responder à pergunta “quem são os profissionais de arquitetura e urbanismo do Brasil?”, é necessário compreendê-los como um grupo heterogêneo com múltiplas vivências e diferentes obstáculos para acessar e permanecer na profissão. O presente estudo busca mapear as inequidades inerentes ao exercício profissional a partir das informações do 2º Censo do CAU/BR, realizado em 2020. Pretende-se, a partir de uma análise interseccional dos dados, confrontar as experiências do homem cisgênero, branco e sem deficiência à dos grupos desviantes da norma, para se confirmar que quanto maiores as sobreposições de marcadores de diferença (nas categorias gênero, raça e deficiência), maiores serão as vulnerabilidades impostas a esses indivíduos ao longo da carreira.

**Palavras-chave:** equidade, arquitetura, planejamento territorial urbano, conselho profissional, pessoas com deficiência, gêneros (grupos sociais), relações étnicas e raciais, trabalho feminino, feminismo, racismo, sexismo

## ABSTRACT

The post-structuralist theories of the late 20th century have reformulated the way of understanding how identities and subjectivities are shaped, as well as knowledge itself. The crisis of the central world's models gave way to pluralism, opening space to perspectives hitherto left on the margins of hegemonic structures. From this premise, in order to answer the question “who are the Brazilian architects and urban planners?”, it is necessary to understand them as a heterogeneous group with multiple experiences and different obstacles to getting and remaining licensed. The present study seeks to map inequities inherent to professional practice, based on information from the 2nd Census of CAU/BR, carried out in 2020. From an intersectional analysis of the data, it intends to confront the experience of white cisgender men without disabilities to that of deviant non normative groups, to confirm that the greater the overlaps of difference markers (considering gender, race, and disability), the greater the vulnerabilities imposed to these individuals throughout their careers.

**Palavras-chave:** equity, architecture, urban planning, professional council, people with disabilities, genders (social groups), ethnic and racial relations, Women's labor force, feminism, racism, sexism

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1.1. Delineamento da pesquisa.....	5
1.2. Processamento dos Dados .....	18
1.3. Os profissionais de arquitetura e urbanismo em números .....	24
1.3.1. Os censos .....	24
1.3.2. O diagnóstico de gênero .....	26
<b>2. REFERENCIAIS TEÓRICOS.....</b>	<b>32</b>
2.1. O que nos traz aqui.....	32
1.1.1. Epistemologia feminista.....	35
1.1.1. O sujeito normativo.....	39
2.2. Gênero, Raça e Deficiência - Marcadores de diferença.....	44
1.1.2. Gênero .....	45
1.1.3. Raça .....	52
1.1.4. Deficiência.....	63
1.2. Interseccionalidade .....	63
<b>3. ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>78</b>
3.1. Metodologia.....	78
3.2. Meu lugar de fala .....	82
3.3. Recortes temáticos.....	83
3.3.1. Dados pessoais .....	83
3.3.2. Renda.....	83
3.3.3. Formação .....	83
3.3.4. Hábitos/insumos .....	83
3.3.5. Trabalho .....	83
3.3.6. Política.....	83
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>83</b>
4.1. Coleta dos dados .....	83
4.2. Periodicidade .....	83
4.3. Perguntas.....	83
4.4. Indicadores.....	83

# INTRODUÇÃO

## 1.1. Problema

[...] é fundamental que os Arquitetos tenham a capacidade de compreender e responder às diversas necessidades dos Clientes e da comunidade como um todo. Esse objetivo será mais facilmente alcançado quando todas as esferas da profissão refletirem a diversidade da sociedade [...]¹ (UNION INTERNATIONALE DES ARCHITECTES, 2017, p. 2)

Quem são os arquitetos e as arquitetas e urbanistas do Brasil? Quais os perfis desse grupo de profissionais e em que condições atuam? A profissão reflete e representa a diversidade demográfica da população brasileira ou está restrita a um ou outro grupo social?

Para responder essas perguntas, o presente estudo busca um olhar interdisciplinar e atento à heterogeneidade do grupo de profissionais atuantes no país, considerando a sua diversidade de gênero, raça e deficiência e utilizando como referencial as informações do *2º Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020*<sup>2</sup>, realizado em 2020 pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

A intenção deste trabalho não consiste em demonstrar que um grupo dito “minoritário” seja mais ou menos vulnerabilizado que outro, e sim em contrapor a experiência de um sujeito socialmente reconhecido como dominante à de outros que são marcados pelas suas diferenças em relação à norma (conceito que será elaborado no capítulo 2). Supõe-se que, quanto maior a sobreposição

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora: “[...] It is fundamental that Architects have the capacity to understand and respond to the diverse needs of Clients and the broader community. This can best be achieved when all levels of the profession reflect the diversity of the community [...]”

<sup>2</sup> *2º Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020*, doravante designado ‘2º Censo’ ou ‘2º Censo do CAU’.

de marcadores em um indivíduo, maiores serão as lacunas nas condições de acesso e permanência na profissão entre ele e o sujeito universal.

Para tal, nas sessões que seguem, iniciaremos no item **1.2** com o ***Delineamento da Pesquisa***, contextualizando na historiografia da profissão a pertinência de uma análise desagregada e interseccional da base de informações do CAU. Justificaremos a opção por essa chave de leitura – a interseccionalidade – de forma introdutória, para ilustrar o rumo que se pretende seguir ao longo da pesquisa, mas retornaremos ao conceito para um aprofundamento no segundo capítulo.

Em seguida, no item **1.3**, descreveremos brevemente o ***Processamento dos Dados*** do 2º Censo, para que se tenha uma ideia das perguntas que foram aplicadas aos respondentes, codificando-as e agrupando-as em seis eixos temáticos para uma melhor organização e leitura das informações. Nesse momento, apresentaremos as ferramentas e softwares adotados para a limpeza e tabulação dos dados e descreveremos a metodologia utilizada para a correção de anomalias.

Segue-se então, na sessão **1.3**, para um panorama sobre ***os profissionais de arquitetura e urbanismo em números***, no qual apresentaremos os quantitativos atuais referentes ao exercício profissional e os indicadores já mensurados pelo CAU em ocasiões anteriores, seja em escala macro ou global, como também com recortes voltados a grupos identitários.

Antes da análise propriamente dita dos números, é preciso resgatar conceitos e interrelacionar disciplinas para compreender as limitações atreladas a qualquer tentativa de se descrever subjetividades em modelos cartesianos. É

preciso destacar que, ao optar por um determinado recorte analítico, sabe-se que ele certamente não será exaustivo para a interpretação das complexas opressões e hierarquias que regem nossas relações sociais, mas que pode consistir em um ponto de partida, assim como uma comprovação de que algumas inequidades estão longe de serem superadas.

Assim, o **capítulo 2** dedica-se à compilação dos **referenciais teóricos** que guiarão as análises e a proposta de revisão e atualização do questionário do 2º Censo. Buscou-se insumos na filosofia, na psicologia, nas ciências sociais e políticas, entre outros, para conceituar as categorias a serem interseccionadas. Em cada um dos três campos, a seleção dos autores e autoras a serem referenciados se baseou em quatro premissas: [1] que se tratassem de abordagens de teor desconstrutivista ou pós-estruturalista; [2] que refletissem epistemologias marginais ou que retratassem o binômio centro-margens; [3] que descrevessem identidades de forma relacional e instável; [4] que reconhecessem que as estruturas sociais e a própria produção do saber são orientadas por relações de poder. Todas elas são detalhadas no item **2.1**, que intitulamos de ***o que nos traz aqui***.

Em seguida, no item **2.2**, faz-se necessário contextualizar, em poucas palavras, os significados e limites de ***gênero, raça e deficiência – marcadores de diferença*** abordados na pesquisa. Busca-se apresentar uma síntese dos consensos e dissensos que permeiam cada um deles, trazendo sempre que possível indicações de leituras complementares, dada a complexidade dos temas. No decorrer do texto, buscamos o impossível: transcrever subjetividades em categorias (palavras) que caibam em questionários ou que possam ser mensuradas em índices numéricos. Não obstante os limites desse exercício,

acredita-se que ele sirva como indicador para a proposta que se pretende construir, bem como para ulteriores políticas afirmativas de interesse do Conselho.

Por último, para melhor compreender como essas categorias configuram umas às outras, optou-se por aprofundar, no item **2.4** o conceito de ***interseccionalidade***. A partir da proposta de não hierarquização de opressões, resgata-se a literatura acerca do tema como subsídio para combiná-la, buscando confirmar que as lacunas permeiam todos os corpos dissonantes em contraposição ao sujeito normativo.

No **capítulo 3** faremos a análise dos dados propriamente dita, buscando em cada caso a melhor **metodologia (item 3.1)** e operação estatística para ilustrar as respectivas diferenças e suas grandezas. Posicionando a análise a partir do **meu lugar de fala (item 3.2)** e compreendendo como ele influencia o olhar para os resultados, para cada pergunta do questionário será feita uma reflexão crítica no contexto da regulamentação da profissão. Esta sessão – assim como as questões do 2º Censo – será organizada em seis eixos temáticos: dados pessoais (3.3.1); renda (3.3.2); formação (3.3.3); hábitos/insumos (3.3.4); trabalho (3.3.5); e política (3.3.6).

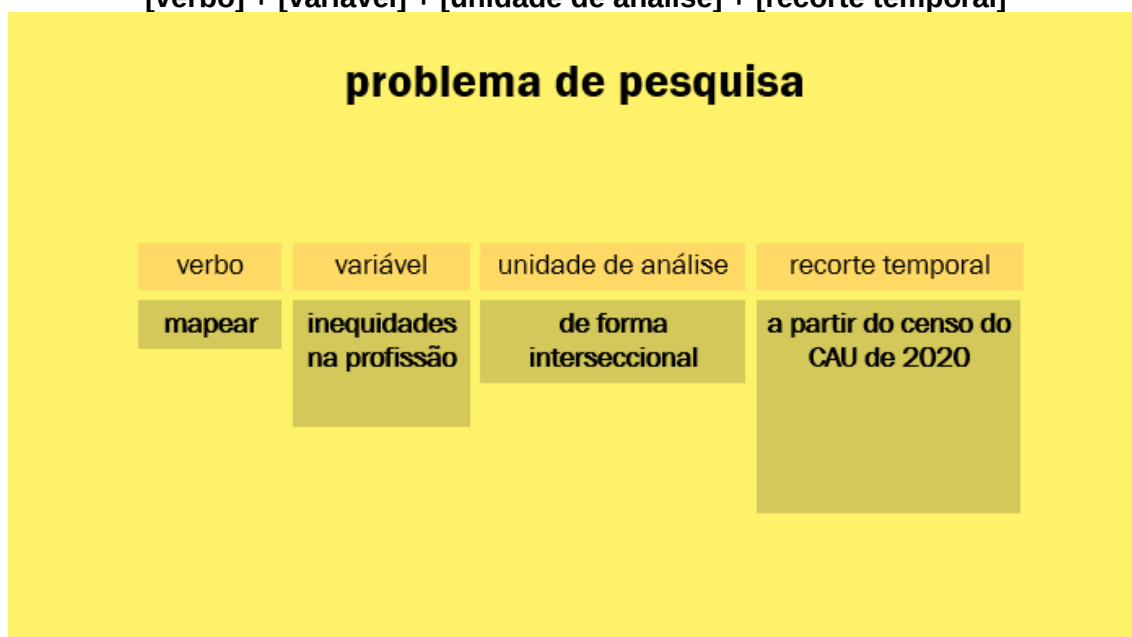
Por fim, dentre as **conclusões** do presente estudo, espera-se chegar a uma proposta do melhor modelo possível para uma edição futura do Censo do CAU. Pretende-se revisar a forma de **coleta dos dados (4.1)**; sugerir a **periodicidade (4.2)** adequada de aplicação do questionário; revisar e atualizar as próprias **perguntas (4.3)** e formatar **indicadores (4.4)** de monitoramento.



Em suma, o presente trabalho tem como objetivo propor e testar uma metodologia quantitativa e qualitativa que auxilie o delineamento do perfil profissional e das inequidades inerentes à carreira partir das informações existentes na base de dados do CAU. Como estudo de caso, será adotado o 2º *Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020*, buscando-se insumos para a política profissional e a fiscalização do exercício ético em defesa da sociedade.

Na ilustração a seguir, demonstra-se o problema de pesquisa no formato [verbo] + [variável] + [unidade de análise] + [recorte temporal], proposto pela antropóloga e pesquisadora interseccional Débora Diniz (DINIZ, Debora, 2012, p. 36):

**Figura 1 – Problema de pesquisa no formato  
[verbo] + [variável] + [unidade de análise] + [recorte temporal]**



É importante destacar que, dentre as motivações para essa linha de pesquisa, encontra-se a minha atuação e trajetória profissional no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), onde trabalho desde 2014 como empregada pública e concursada. Tendo assessorado diversas instâncias e órgãos colegiados, entre os quais, as Comissões Temporárias de Equidade de Gênero

(2019-2020), de Política para a Equidade de Gênero (2020); e de Raça, Equidade e Diversidade (2021-2022), pude perceber a lacuna de análises dos dados do CAU com recortes de gênero, raça, entre outros, e buscar direcionar minhas atividades para supri-la.

## **1.2. Delineamento da pesquisa**

Para se traçar o perfil dos(as) profissionais em atividade, o caminho mais imediato é recorrer à base de dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)<sup>3</sup>, a estrutura pública responsável, entre outros, pelo registro de quem exerce regularmente a profissão no território nacional. Com mais de 215.786<sup>4</sup> profissionais em atividade, é função do Conselho:

[...] orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo. (2010)

No ato de sua instituição, em 2010, três importantes decisões foram tomadas: a primeira, de definir que o registro habilita profissionais a atuarem em todo o território nacional (Art. 5º da Lei nº 12.378/2010); a segunda de adotar um sistema único de informação para todo o País – o Sistema de Informação e Comunicação dos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo (SICCAU) – e garantir a uniformidade de procedimentos; e a terceira, de determinar que todos os serviços prestados pelo SICCAU fossem virtuais e georreferenciados (RESOLUÇÃO Nº 05, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2011). Essa conjuntura

---

<sup>3</sup> O CAU é o Conjunto Autárquico formado pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal (CAU/UF) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), autarquias interdependentes dotadas de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa. (“REGIMENTO GERAL DO CAU”, 2017)

<sup>4</sup> Conforme consulta ao SICCAU em 17/09/2022

possibilita a rápida extração de informações como suporte à tomada de decisão, além de otimizar recursos e prazos.

Diante desse cenário, surge o desafio de interpretar a grande quantidade de dados existentes sobre a prática profissional na atualidade e entrelaçá-los para compreender as forças, as oportunidades fraquezas e ameaças que possam orientar o planejamento estratégico e a atuação institucional do CAU.

O Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fornece uma série histórica de dados demográficos que pode servir aos órgãos públicos e à sociedade para inferências sobre a população brasileira. Analogamente, o CAU deve descrever e interpretar de forma contínua o universo de profissionais em atividade para que se compreenda como a arquitetura e o urbanismo são produzidos no país.

Para que esse esforço seja feito de forma crítica e capaz de retratar as complexidades da profissão, é necessário assegurar a desagregação dos dados mensurados. A garantia da maior quantidade possível de variáveis coletadas amplia as possibilidades de cruzamento de informações e, consequentemente, de análises possíveis. Em suma, quanto melhores e mais detalhados os dados, mais inteligentes serão as respostas. A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas recomenda, para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável:

[...] aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015)

Separar esses dados em um grande número de variáveis não significa ter de interpretá-las isoladamente, pelo contrário: quanto mais sobrepostas forem as dimensões, maior poderá ser a compreensão dos desvios a serem corrigidos e maior o potencial transformador dessas análises. Ainda não há consensos sobre como interrelacionar informações da melhor forma, mas os organismos internacionais e a academia têm defendido a *interseccionalidade* como um possível aliado nesse desafio.

A teoria, cunhada nas ciências humanas e sociais no final da década de 80, somente nos últimos anos tem sido adotada como ferramenta analítica em abordagens quantitativas, como descrito no artigo *Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods*:

A interseccionalidade é um referencial teórico baseado na premissa que a experiência humana é simultaneamente formada por múltiplas posições sociais (ex.: raça, gênero), e não pode ser completamente compreendida considerando essas posições sociais independentemente. Amplamente utilizada em estudos qualitativos, a sua adoção em pesquisas quantitativas é mais recente.<sup>5</sup> (BAUER e colab., 2021)

Em grande parte da literatura, a simultaneidade das múltiplas formas de discriminação que atingem todos os corpos – uns mais, outros menos – é referenciada como “interseccionalidade” ou “consustancialidade”, conceitos cunhados no final dos anos 1970, respectivamente, pelo movimento feminista negro anglófono e pela socióloga francesa Danièle Kergoat (KERGOAT, 1978). O primeiro aborda as relações entre gênero e raça e o segundo, gênero e classe,

---

<sup>5</sup> Tradução livre da autora: *Intersectionality is a theoretical framework rooted in the premise that human experience is jointly shaped by multiple social positions (e.g. race, gender), and cannot be adequately understood by considering social positions independently. Used widely in qualitative studies, its uptake in quantitative research has been more recent.*

mas ambos convergem na proposta de não hierarquização das opressões (HIRATA, 2014, p. 62–63). Audre Lorde, escritora Norte-americana de descendência caribenha, reforça esse entendimento:

Entre as mulheres lésbicas, eu sou negra; e entre as pessoas negras, eu sou lésbica. Qualquer ataque contra as pessoas negras é um problema para lésbicas e gays, porque eu e milhares de outras mulheres negras somos parte da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é um problema para pessoas negras, porque milhares de lésbicas e homens gays são negros. **Não existe hierarquia de opressão.** (LORDE, 2019, grifo nosso.)

No âmbito da arquitetura e do urbanismo, por exemplo, uma análise interseccional implicaria compreender a fundo a heterogeneidade do grupo de profissionais em atuação, ao invés de buscar uma interpretação generalizada das condições de um suposto sujeito ‘médio’. Somente a partir da intersecção das categorias e de uma abordagem multidimensional será possível identificar os indivíduos com os maiores obstáculos para acessar e exercer a profissão e, a partir das experiências deles, corrigir inequidades. Pessoas mais sujeitas às inequidades interseccionais são as mais prováveis a serem deixadas para trás no processo de desenvolvimento<sup>6</sup> (INCLUSIVE DATA CHARTER, 2021).

A profissão, historicamente restrita aos homens, na década de oitenta passou a ter a maioria de mulheres, o que não significou a imediata aceitação da autoridade feminina nos espaços profissionais. A arquiteta e professora americana Denise Scott-Brown, no artigo *Room at the top? Sexism and the Star System in Architecture* (SCOTT BROWN, DENISE, 2015), compara o campo da arquitetura a um clube masculino de classe média, em lento processo de

---

<sup>6</sup> Tradução livre da autora: *People who face intersecting inequalities are the most likely to be left behind by development.*

abertura para permitir e naturalizar a participação das arquitetas em pé de igualdade.

No texto *Eu não sou uma arquiteta mulher. Eu sou uma arquiteta*<sup>7</sup>, a dinamarquesa Dorte Mandrup, ao ser elencada na lista de 50 arquitetas e designers inspiradoras pela revista Dezeen, retruca: “Quando falamos de gênero, tendemos a falar de mulheres. Os homens não têm realmente um gênero. Eles são apenas... neutros. Não-gênero. É por isso que você não reconhece o termo "arquiteto homem". Não é necessário dizê-lo.”<sup>8</sup> (MANDRUP, 2017).

Em seu artigo *O peixe morto na praia: o problema das Mulheres na Arquitetura*, a arquiteta sul africana Khensani de Klerk traz a leitura interseccional ao exercício profissional, considerando aspectos como representatividade e remuneração. Por meio de uma metáfora entre a profissão e uma praia, por ela denominada a ‘praia da hegemonia’ (vide Figura 2), ela descreve:

“[Nela,] os **homens brancos** estão vestidos e continuam sentados na praia de areia macia, respirando constantemente o ar fresco (...) os **negros** estão nadando na água, o que parece refrescante e está bem desde o ponto de vista do homem branco, mas é perturbador para o homem negro que apesar de ter o privilégio de respirar ar fresco, seus pés permanecem sempre encharcados no mar (...) temos as **mulheres brancas** também nadando na água, cansadamente, sem pausa na praia, tendo que fazer um esforço para chegar até a areia, com apenas algumas, de fato, chegando à costa. (...) Finalmente, temos **mulheres negras** (ah, o estado familiar que conheço tão bem). Nós nos afogamos nas profundezas do oceano, olhando para os reflexos de luz e constantemente exercendo nossos esforços para nadar através da água sem ar. (...) Às vezes, em uma ocasião rara, uma mulher negra chega à praia e, quando chega

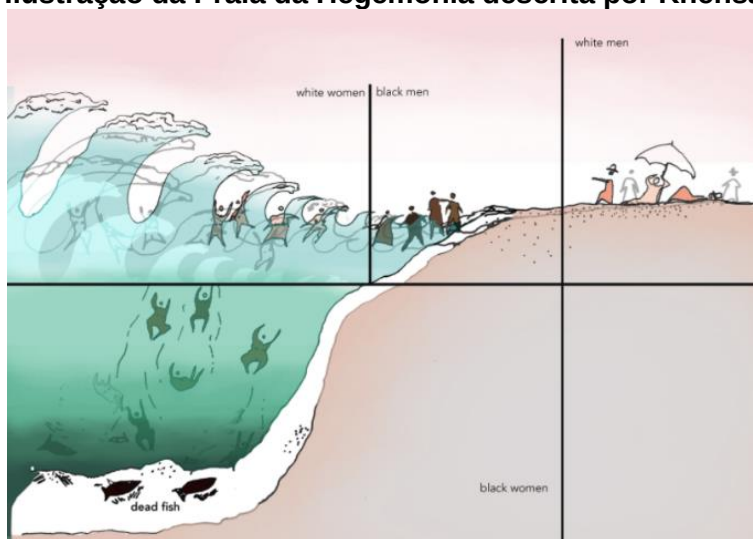
---

<sup>7</sup> Tradução livre da autora: “*I am not a female architect. I am an architect*”

<sup>8</sup> Tradução livre da autora: “*When we talk about gender, we tend to talk about women. Men do not really have a gender. They are just... neutral. Non-gender. That is why you do not recognise the term "male architect". It just goes without saying.*”

lá, é chocante para todos, inclusive para ela.” (KLERK, KHENSANI DE, 2020)

**Figura 2 – Ilustração da Praia da Hegemonia descrita por Khensani de Klerk**



Fonte: (KLERK, KHENSANI DE, 2020)

A historiografia e as esferas mais altas da profissão têm sido predominantemente restritas a um único perfil profissional: o homem branco cisgênero, de classe média alta, no topo de uma pirâmide que o sustenta nessa posição. Scott Brown sugere uma compreensão mais plural da arquitetura e critica essa leitura androcêntrica e hierárquica:

O *star system*, que retrata o escritório como uma pirâmide com um arquiteto no topo, tem pouco a ver com as relações complexas da arquitetura e construção na atualidade. Mesmo assim, como o sexismo me define como escriba, datilógrafa e fotógrafa do meu marido, o *star system* define nossos associados como figurantes e nossa equipe como lapiseiras.<sup>9</sup> (SCOTT BROWN, DENISE, 2015)

Compreender e reforçar a participação de pessoas desviantes desse perfil nas diversas esferas da profissão é importante para torná-la mais democrática, colaborativa e mais representativa das comunidades às quais ela deve servir.

<sup>9</sup> Tradução livre da autora: *The star system, which sees the firm as a pyramid with a designer on top, has little to do with today's complex relations in architecture and construction. But, as sexism defines me as a scribe, typist, and photographer to my husband, so the star system defines our associates as "second bananas" and our staff as pencils.*

Para descrever a experiência dos arquitetos e urbanistas, é preciso entender que eles podem e devem também ser mulheres, pessoas negras, periféricas, trans, com deficiência, e com muitas outras interseccionalidades e múltiplas existências.

Para Ines Moisset, arquiteta e pesquisadora argentina “O cânon arquitetônico foi firmado basicamente por arquitetos homens que desenvolveram suas obras em territórios centrais. Predomina também quem trabalhou na capital em relação aos que exerceram nas províncias”<sup>10</sup> (MOISSET, 2020, p. 220). Em sua pesquisa *Vazios historiográficos - A ausência das mulheres na história da arquitetura argentina*, ela identifica as seis principais categorias de invisibilização das arquitetas nos registros oficiais: [1] a negação da autoria por colegas homens, [2] o impedimento por instrumentos legais de firmar as obras, [3] a falsa categorização (em caso de esposas ou clientes de arquitetos reduzidas a esses papéis e sem crédito à sua contribuição técnica), [4] a minimização dos aportes (citando coautoras apenas como colaboradoras), [5] o reforço a estereótipos de gênero (forçando mulheres a negarem a sua feminilidade para se afirmar) e [6] a má fé (quando arquitetos atribuem a si mesmos obras de outras pessoas).

É necessário, então, trazer ao centro do debate a produção de quem sempre esteve às margens da arquitetura e do urbanismo para que se compreenda por completo essa produção. Esse entendimento tem se consolidado cada vez mais nos debates teóricos do campo, tendo como grande

---

<sup>10</sup> Tradução livre da autora: “El canon arquitectónico ha estado formado básicamente por arquitectos varones, que desarrollaron sus obras en sitios centrales. Así tienen predominio también quienes trabajaron en la capital, por sobre los que se desempeñaron en las provincias.”



referência a obra da historiadora Beatriz Colomina, que defende a ampliação e a diversificação de referências na historiografia da profissão:

[...] Corrigir esse quadro não é apenas uma questão de adicionar alguns nomes ou mesmo milhares à história da Arquitetura. Não é apenas uma questão de justiça humana ou precisão histórica, mas uma maneira de entender mais completamente a arquitetura e as formas complexas em que é produzida [...](COLOMINA, 2010)<sup>11</sup>

Assim, para responder à pergunta “*Quem são os arquitetos e as arquitetas [e porque não arquitetas] e urbanistas do Brasil?*” é preciso uma análise desagregada e interseccional da base de informações do CAU, preferencialmente em caráter contínuo e periódico, para que se possa mapear as condições de seus subgrupos ao longo do tempo.

Não havendo referências consolidadas sobre a matéria, e sendo escassa a literatura sobre como operacionalizá-la em pesquisas quantitativas (ROUHANI, 2014), não se espera alcançar um modelo finito ou preciso, mas sim um ponto de partida. A própria autora do termo ‘interseccionalidade’, a jurista afro-americana Kimberlè Crenshaw, ao propor uma metodologia para a análise da subordinação interseccional, apresenta como primeira recomendação a promoção de melhorias na coleta de dados e nas estratégias de desagregação dessas informações e coloca em jogo os limites do próprio conceito, afirmando: “A análise é provisória e, conforme sua utilidade, poderá ser revisada ou até mesmo descartada” (CRENSHAW, Kimberlé, 2002, p. 187). Segundo a Parceria

---

<sup>11</sup> **Tradução livre da autora:** “[...] correcting the record is not just a question of adding a few names or even thousands to the history of architecture. It is not just a matter of human justice or historical accuracy but a way to more fully understand architecture and the complex ways it is produced.”

Global para Dados de Desenvolvimento Sustentável, é necessário inovar para incluir:

A coleta de dados robustos, desagregados e interseccionais pode exigir ampliar amostragens ou testar abordagens inovadoras para capturar as experiências de grupos relativamente pequenos de pessoas entre populações maiores e melhorar a disponibilidade de dados relevantes. Agências estatísticas e outras organizações de coleta de dados podem enfrentar restrições práticas para produzir tais dados, incluindo falta de recursos financeiros, capacidade ou metodologias adequadas [...] [, tendo de enfrentar] dilemas difíceis entre produzir estatísticas robustas e evitar a exclusão.<sup>12</sup> (GLOBAL PARTNERSHIP FOR SUSTAINABLE DATA, 2022, p. 22)

### 1.3. Processamento dos Dados

Para a tabulação do 2º Censo, o primeiro desafio encontrado, com a base de dados em mãos, foi a escolha do programa correto para a leitura do arquivo.

As informações estavam armazenadas em formato CSV, e as respostas de cada CPF para as 45 perguntas da pesquisa representadas uma abaixo da outra, totalizando 4.239.584 linhas. O programa Excel, por exemplo, possui um limite de 1.048.576 linhas, não sendo possível utilizá-lo para a leitura da base de dados. Assim, optou-se por utilizar o Notepad ++, um editor de texto e de código fonte de código aberto e versão aprimorada do Bloco de Notas do Windows.

Ao executá-lo, foi possível visualizar a base de dados completa, estruturada por vírgulas com o formato: "cpf", "pergunta", "multipla\_escolha", "resposta", "resposta\_subjetiva".

---

<sup>12</sup> Tradução livre da autora: *Capturing robust, disaggregated, and intersectional data may require collecting larger samples or testing innovative approaches to capture the experiences of relatively small groups of people amongst larger populations and improving the availability of relevant data. Statistical agencies and other data-gathering organizations may face practical constraints to producing such data including a lack of financial resources, capacity, or adequate methodologies [...] [, having to] face difficult trade-offs between producing robust statistics and avoiding exclusion.*

## Correção de anomalias

Identificou-se algumas anomalias nas duas perguntas subjetivas, que apresentavam quebras de linha não desejadas para a leitura dos dados, provavelmente provenientes da própria resposta aberta, o que resultava em linhas não iniciadas pelo CPF do respondente (Figura 3).

**Figura 3 – exemplos de anomalias na base de dados.**

```
"00000123456789", "Está cursando algum outro curso superior?", False, "Não", NULL
"00000123456789", "Pretende fazer outro curso superior?", False, "Não", NULL
"00000123456789", "Você frequenta os sites do Conselho de Arquitetura e Urbanismo?", True, "CAU/UF", NULL
"00000123456789", "Quais são seus sites prediletos especializados em arquitetura e urbanismo e afins?", False, NULL, "https://www.aecweb.com.br
https://www.galeriadaarquitetura.com.br https://www.urbansystems.com.br
https://www.wellcertified.com
https://www.e-construmarket.com.br"
"00000123456789", "Quais tipos de contratantes você trabalhou nos últimos 2 anos?", True, "Órgão público", NULL
"00000123456789", "Qual o valor de referência que você usa para dimensionar os honorários para elaboração de projeto?", False, "R$ 100,00", NULL
"00000123456789", "Quantas horas por semana você trabalha com arquitetura e urbanismo?", False, "De 30 a 40 horas", NULL
"00000123456789", "Quantas horas por semana você trabalha com outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?", False, "Não", NULL

"00000123456789", "Você frequenta sites das entidades de Arquitetos e Urbanistas?", True, "ABAP", NULL
"00000123456789", "Nos projetos arquitetônicos que realiza, você executa predominantemente:", False, "Projeto Executivo", NULL
"00000123456789", "Que papel tem a política na sua vida?", False, "Importante. Eventualmente discuto sobre política com meus alunos", NULL
"00000123456789", "Você atua como docente na área de arquitetura e urbanismo?", False, "Sim e também como profissional liberal", NULL
"00000123456789", "Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?", False, "Fiscalização de obras;
2 Promover cursos e palestras;
3 Fiscalização de obras"
"00000123456789", "Outros softwares profissionais?", False, "Bom", NULL
"00000123456789", "Revistas de Arquitetura", False, "Diariamente", NULL
"00000123456789", "Revistas", False, "Quase diariamente", NULL
"00000123456789", "Jornais", False, "Diariamente", NULL
"00000123456789", "TV aberta", False, "Diariamente", NULL
"00000123456789", "Espanhol", False, NULL, NULL
"00000123456789", "Hotelaria e Turismo está", False, "Inalterado", NULL
```

Para sanar esses desvios, o arquivo foi processado com o script ilustrado na Figura 4, em linguagem Ruby. Dessa forma, as quebras de linhas foram eliminadas nas respostas subjetivas e a maioria das linhas foi adequada ao padrão da estrutura do documento.

**Figura 4 – Script em linguagem Ruby para correção das anomalias.**

```

line_read = 0
MAX_BUFFER_SIZE = 8192
buffer = ""

# file_to_read = "censo_min.csv"
file_to_read = "censo_2019.csv"

File.open("censo_2019_tratado.csv", 'w') do |file|
  File.open(file_to_read, "r").each_line do |row|
    line_read = line_read + 1

    if row =~ /^"/ # encontrou CPF

      if buffer.length > MAX_BUFFER_SIZE
        file.write(buffer)
        buffer = ""
      end

      buffer.concat(row)

    else
      buffer.rstrip!
      buffer.concat(" ")
      buffer.concat(row.tr('\n', '\s'))
    end
  end

  puts "#{line_read} linhas lidas!"
end

```

## Importação no Excel

Em seguida, dividiu-se o arquivo em 5 partes (4 de 847.916 e 1 de 847.920 linhas), para que fosse possível pivotar/transpor as informações no Excel, de forma a visualizar em colunas as 45 perguntas e suas múltiplas escolhas; e em linhas os 45.385 CPFs.

Ao importar os dados do arquivo .csv no Excel, o programa divide em colunas cada trecho entre aspas e separado pelas vírgulas do arquivo original. Em cada documento (partes 1 a 5), foi realizada uma nova etapa de limpeza dos dados. Inseriu-se colunas provisórias à esquerda dos dados importados, com fórmulas para verificar se os dois caracteres à direita da coluna “cpf” eram algarismos. Filtrando-se as células com resultado “FALSO” (Figura 5), foi possível corrigir as demais quebras de linhas indesejadas, garantindo que todas

as inserções respeitasse a estrutura "cpf", "pergunta", "multipla\_escolha", "resposta", "resposta\_subjetiva".

### Figura 5 – Última etapa de limpeza dos dados

	A	C	D	E	F	G
	VERDADEIRO	03490810775	Quais são as principais ações que você, como arquiteto e urbanista, espera que o CAU realize?	FALSO	NULL	DIVULGUE COM DESTAQUE E AFINCO: O PROFISSIONAL DE ARQUITETURA E SUAS ATRIBUIÇÕES TÉCNICAS COM RELEVÂNCIA QUE PODEMOS PROJETAR PROJETO ARQUITETÔNICO, COMPLEMENTARE E EXECUÇÃO DE OBRAS E MOSTRA QUE SOMOS TÃO IMPORTANTE QUE NOSSO COLEGAS DA ENGENHARIA (AINDA ESTAMOS MUITO ATRÁS DELES NO MERCADO E NA SOCIEDADE), PENSAM QUE SOMOS APENAS DECORADORES, O QUE NÃO É VERDADE; O CONSELHO, PARA QUE A SOCIEDADE CONHEÇA NOSSO ORDEN E QUE NÃO EXISTE SOMENT O CREA.
776924						
776925	FALSO		CONTRATE UM ARQUITETO....."			
776926	VERDADEIRO	03490810775	Instagram	FALSO	NULL	NULL
776927	VERDADEIRO	03490810775	Outras redes	FALSO	NULL	NULL
776928	VERDADEIRO	03490810775	Outros softwares profissionais?	FALSO	Bom	NULL
776929	VERDADEIRO	03490810775	Publicações acadêmicas de Arquitetura	FALSO	NULL	NULL
776930	VERDADEIRO	03490810775	Twitter	FALSO	NULL	NULL
776931	VERDADEIRO	03490810775	Linkedin	FALSO	NULL	NULL

## Codificação das perguntas

Passou-se então à organização das perguntas do censo, atribuindo a cada opção de resposta um código unívoco, para viabilizar a correlação com as inserções de cada respondente, conforme ilustrado na Figura 6 e detalhado no Anexo XX.

**Figura 6 – Matriz de codificação das perguntas e múltiplas respostas**

cód.	pergunta	cód.	resposta
0100	Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?	010001	Sim
		010002	Não
		010003	NULL
0200	Acerca de sua(s) fonte(s) de renda?	020001	Aposentado ou Pensionistas
		020002	Assalariado (sem carteira em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020003	Assalariado (setor privado em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020004	Assalariado (setor público em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020005	Assalariado (setor público em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020006	Autônomo (empreendedor em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020007	Autônomo (empreendedor em áreas não ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020008	Empresário (em áreas ligadas a Arquitetura e Urbanismo)
		020009	Empresário (outras áreas)
		020010	Outras fontes
		020011	Renda Proveniente de Aluguel
		020012	Seguro Desemprego
		020013	NULL

### Transposição dos dados

A partir dessa classificação, gerou-se um código unívoco para cada resposta de cada arquiteto(a) e urbanista, a partir da combinação do CPF com o código de cada pergunta. Utilizando um CPF aleatório como exemplo, para localizar a respectiva resposta para a pergunta “Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?”, na coluna pivotada da opção de resposta “Sim”, buscava-se alguma correspondência na respectiva parte (1, 2, 3, 4 ou 5), do código formado pela concatenação do CPF da pessoa (ex.: 12345678900) com o respectivo código da opção de resposta (ex.:010001), ou seja: 12345678900010001. Caso houvesse correspondência, a fórmula inserida resultava em um valor “1”. Em caso negativo, ela permanecia nula (0). Dessa forma, no próprio cabeçalho das colunas, foi possível inserir linhas de título com a somatória de respostas positivas para cada opção das perguntas de múltipla escolha. Esse processo está ilustrado na Figura 7, a seguir.

**Figura 7 – Planilha pivotada com somatório das respostas, demonstrando fórmula de correspondência entre o CPF e as perguntas.**

	A	B	C	D	E	F
2			Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?			
4			10001	10002	10003	20001
5			Sim	Não	NULL	Aposentado ou Pensionistas
6		totais:	12.339	31.171	1.875	1.624
13	parte1	00002892554		1		
14	parte1	00002916177		1		
15	parte1	00004651006			1	
16	parte1	00004698070		1		
17	parte1	00004978196		=SE(SEERRO(PROCV(TEXTO(\$B17;"00000000000")&TEXTO(E\$4;"000000");parte1!\$F:\$F;1;FALSO);0)=0;0;1)		
18	parte1	00005040094		1	TEXT0(valor; formato_texto)	
19	parte1	00006612601		1		
20	parte1	00007013974		1		1
21	parte1	00008976040		1		
22	parte1	00009799966		1		
23	parte1	00010168222		1		
24	parte1	00011056126		1		
25	parte1	00011966696		1		
26	parte1	00012359580	1			
27	parte1	00012608617		1		

## Reorganização das perguntas

Em análises preliminares dos totais obtidos, constatou-se que as perguntas haviam sido ordenadas sem estrutura lógica ou categorias. O questionário se iniciava com uma pergunta sobre área de atuação (0100 - Você está trabalhando em outra atividade fora da área da arquitetura e urbanismo?), passando para questões de rendimento e retomando, mais adiante, aspectos sobre o exercício profissional (ex.: 2800 - Trabalha na área de Arquitetura e Urbanismo?, entre outros).

Para simplificar e racionalizar a interpretação dos dados, as 45 perguntas do questionário foram categorizadas em 5 grupos temáticos e reorganizadas de forma linear, conforme demonstrado na Figura 8.

**Figura 8 – Reorganização das Perguntas (entre parênteses a numeração original)**

**DADOS PESSOAIS**

(17) 01 - cor/raça  
 (18) 02 - gênero  
 (19) 03 - deficiência

**RENDA**

(02) 04 - fonte(s) de renda  
 (05) 05 - renda mensal individual  
 (06) 06 - renda familiar mensal  
 (27) 07 - nº de dependentes financeiros  
 (30) 08 - contribuição para a previdência  
 (03) 09 - imóvel próprio  
 (04) 10 - carro próprio

**FORMAÇÃO**

(08) 11 - satisfação com IES de formação  
 (31) 12 - grau de escolaridade  
 (32) 13 - outro curso superior concluído  
 (33) 14 - outro curso superior em andamento  
 (34) 15 - outro curso superior planejado  
 (44) 16 - atuação como docente  
 (07) 17 - participação em eventos de A&U  
 (11) 18 - conhecimento de informática  
 (12) 19 - domínio de softwares profissionais  
 (16) 20 - domínio de idiomas estrangeiros

**HÁBITOS/ INSUMOS**

(36) 21 - sites prediletos de A&U  
 (14) 22 - hábito de leitura  
 (13) 23 - redes sociais frequentadas  
 (15) 24 - áreas de interesse  
 (09) 25 - acesso a meios de comunicação  
 (10) 26 - uso de tecnologia

**TRABALHO**

(28) 27 - atuação em A&U  
 (29) 28 - empresas de A&U  
 (23) 29 - áreas de atuação  
 (38) 30 - referência de honorários  
 (42) 31 - tipos de projetos executados  
 (39) 32 - jornada semanal - A&U  
 (37) 33 - tipos de contratantes  
 (24) 34 - opinião sobre o mercado  
 (25) 35 - opinião sobre tendências  
 (26) 36 - áreas inexploradas na A&U  
 (01) 37 - outra atividade fora da A&U  
 (40) 38 - jornada semanal - outras áreas

**POLÍTICA**

(35) 39 - acesso aos sites do CAU  
 (45) 40 - ações esperadas do CAU  
 (41) 41 - acesso a sites de entidades  
 (20) 42 - filiação a entidades  
 (43) 43 - engajamento político  
 (22) 44 - satisfação na profissão  
 (21) 45 - obstáculos ao exercício da A&U

**1.4. Os profissionais de arquitetura e urbanismo em números****1.4.1. Os censos**

Diante de seu arcabouço tecnológico e do sistema de informações integrado implantado no Conselho, o CAU realizou em algumas ocasiões levantamentos sobre o conjunto de profissionais em atividade. Como contextualização para a proposta que se pretende construir, cabe inicialmente um breve resgate dessas iniciativas.

Em junho de 2013, o CAU/BR lançou os resultados do *Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil* CAU/BR (CAU/BR, 2013), doravante designado '1º Censo' ou '1º Censo do CAU', que contou com a participação de cerca de 83 mil dos cerca de 99 mil profissionais registrados à época. Essa alta taxa de



participação de aproximadamente 83% do total foi possível graças à migração dos arquitetos e arquitetas e urbanistas do atual Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)<sup>13</sup>, ao novo Conselho uniprofissional, o CAU.

Dentre as 46 perguntas da pesquisa, não havia questões sobre cor/raça ou deficiência, informações que também não constam na base de dados do Conselho<sup>14</sup>. Ademais, somente em duas perguntas as respostas foram apresentadas com o recorte feminino-masculino: a primeira sobre o sexo<sup>15</sup> dos respondentes e a segunda sobre os principais obstáculos ao exercício da profissão. Nessa última, enquanto os homens lamentaram a não valorização da profissão pela sociedade, as mulheres se queixaram da má remuneração e da falta de acesso ao mercado de trabalho. Os demais dados sobre a atuação profissional, escolaridade, rendimento etc. foram apresentados sem nenhum tipo de cruzamento com outras informações, não sendo possível observar, no relatório publicado (CAU/BR, 2013), inequidades inerentes à profissão. A base de dados dessa primeira pesquisa não foi disponibilizada ao público para consulta, e não foi possível resgatá-la no arquivo do Conselho, que à época ainda estava operando de forma improvisada, face à sua recente instituição. Ou seja, não foram encontrados registros da base de dados do primeiro Censo.

Em 2 de janeiro de 2020, um novo censo foi lançado, desta vez com informações sobre o perfil racial e eventuais deficiências físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais dos participantes, bem como a reformulação da pergunta sobre sexo para incluir o conceito de gênero e possibilitar uma maior

---

<sup>13</sup> Até então 'Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia' - CONFEA

<sup>14</sup> Para obter a carteira profissional, é obrigatório o cadastramento biométrico (conforme art. 7º da Resolução 143/2017, disponível em <https://transparencia.caubr.gov.br/resolucao146/>), mas nesse momento não há previsão de coleta de informações raciais e as opções de 'sexo' (ver nota abaixo) se resumem a 'masculino e feminino'.

<sup>15</sup> Nomenclatura adotada no questionário, que será objeto de reflexão crítica no cap. X

diversidade de identidades. A pesquisa, de caráter optativo no acesso profissional de cada respondente ao SICCAU, foi encerrada em 30 de junho de 2020 e contou com a participação de 41.897 (em torno de 23%) dos então aproximadamente 180.000 arquitetos e urbanistas em atividade no país.

As respostas dessa segunda pesquisa foram tabuladas pelo Instituto DataFolha e compiladas em um *dashboard* interativo<sup>16</sup>. A base de dados completa (com exceção das respostas abertas) foi disponibilizada ao público para download na mesma página.

A proposta deste plano de trabalho é, a partir do cruzamento das respostas do 2º Censo, o desenvolvimento de uma reflexão crítica e interseccional sobre as inequidades inerentes à profissão; bem como a revisão das perguntas como proposta de melhoria do instrumento em edições futuras. Assim, pretende-se subsidiar a mensuração periódica desses indicadores como forma de aferição de resultados e eventuais redirecionamentos de políticas públicas em prol da equidade na profissão.

#### **1.4.2. O diagnóstico de gênero**

Em 2018, o CAU/BR aderiu, por meio da Deliberação Plenária nº 0076-01<sup>17</sup> aos Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres e do Pacto Global. A partir dessa adesão, foram feitos os primeiros mapeamentos sobre as inequidades existentes no exercício profissional, que servirão como referencial para a presente pesquisa, em especial com relação à metodologia adotada para a classificação das grandezas dos desequilíbrios.

---

<sup>16</sup> , disponível em: <https://caubr.gov.br/censo2020/>

<sup>17</sup> Disponível em <https://transparencia.caubr.gov.br/deliberacaoplenaria-dpobr-0076-01>

Entre julho de 2019 e 29 de fevereiro de 2020, o CAU/BR promoveu o 1º diagnóstico *Gênero na Arquitetura e Urbanismo* (CAU/BR, 2020), doravante designado '1º Diagnóstico' ou 'Diagnóstico de Gênero', como subsídio à elaboração da sua *Política para a Equidade de Gênero* (CAU/BR, 2021). O questionário, realizado em meio digital pela plataforma *TypeForm* e amplamente divulgado nas redes de comunicação do CAU, contou com a participação de um total de 987<sup>18</sup> profissionais. Dentre as conclusões do diagnóstico, constatou-se que:

- As **mulheres negras e as mulheres com filhos**, principalmente na primeira infância, fazem parte do grupo de profissionais que encontram **maiores obstáculos** ao longo da carreira;
- Os índices de **assédio e violência sexual** contra as mulheres na profissão devem ser objeto de uma política corretiva;
- Mesmo as **gerações mais novas de profissionais ainda vivenciam inequidades** e percebem uma necessidade por uma divisão mais equilibrada dos trabalhos (remunerados ou não) entre homens e mulheres; e
- **Grande parte dos homens ainda deve ser sensibilizada** para a importância da promoção da equidade de gênero na profissão e nas cidades. (CAU/BR, 2020, grifo nosso)

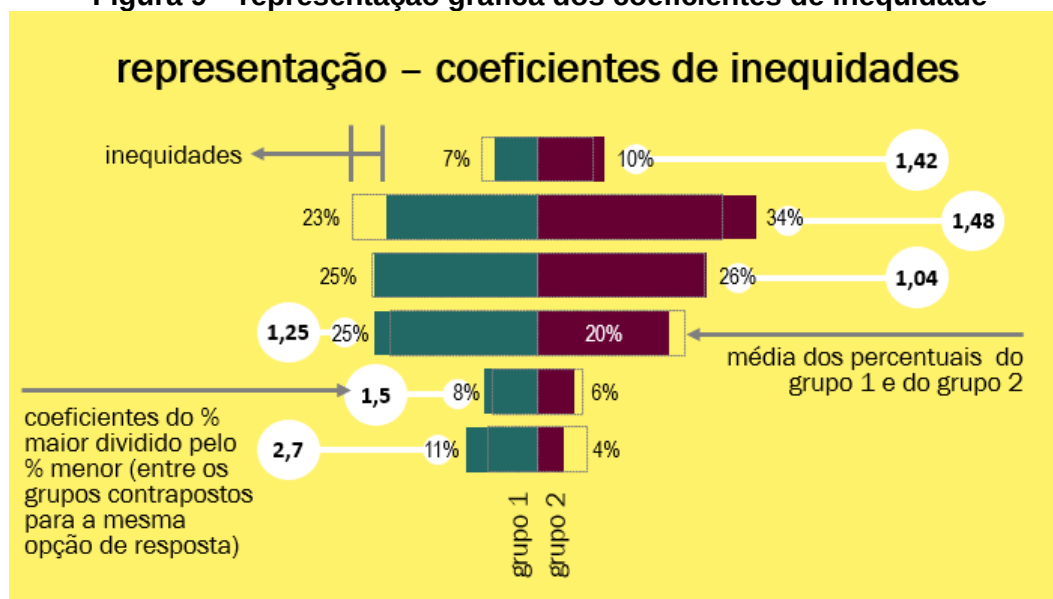
Para a análise dos resultados obtidos, desenvolveu-se uma metodologia que compreende o cálculo do quociente (x) entre o maior percentual e o menor, dentre os grupos contrapostos, para cada opção de resposta de todas as perguntas do diagnóstico, ilustrado na Figura 9. Buscou-se também compreender os universos masculino e feminino de uma forma interseccional, sobrepondo-se a esse recorte informações sobre idade, raça, faixa de rendimento médio, escolaridade, região de residência, meio de transporte prioritário, sensação de segurança, entre outros, e, a partir de testes de

---

<sup>18</sup> O que representa uma margem de erro de 3% para mais ou para menos e um percentual de confiabilidade de 95%; além de um número superior à média de participação de profissionais em pesquisas abertas do CAU, que geralmente varia entre 200 e 400 respondentes.

hipóteses<sup>19</sup>. Dessa forma foi possível aferir a grandeza das entre os diversos grupos, permitindo a construção de uma relação entre os mais privilegiados e os mais vulnerabilizados para se confirmar a diversidade de percepções ou condições entre eles.

**Figura 9 – representação gráfica dos coeficientes de inequidade**



Dessa forma, as grandezas dos desequilíbrios identificados entre os grupos contrapostos foram, para cada recorte aplicado, categorizadas em quatro níveis de atenção, conforme descrito na Tabela 1. Os coeficientes de maior grandeza identificados ao longo de toda a pesquisa estão ilustrados na Figura 10.

**Tabela 1 – Metodologia de análise do 1º Diagnóstico  
'Gênero na Arquitetura e Urbanismo'**

Quociente (x)	Entendimento
$x < 1,5$	Há um cenário de relativa equidade entre os grupos e não é necessário nenhum tipo de reflexão.
$1,5 \geq x < 2$	Há uma diferença considerável entre os grupos, sendo necessária uma reflexão sobre as motivações para esse desequilíbrio.
$2 \geq x < 10$	Há uma diferença alarmante entre os grupos, sendo urgente o exercício de indagação sobre o porquê desse desequilíbrio.
$x \geq 10$	Há uma clara inequidade entre os grupos, sendo evidente a necessidade de uma política afirmativa para corrigir esse cenário.

<sup>19</sup> Critérios estatísticos que permitem rejeitar ou não hipóteses testadas, com determinado grau de confiança, baseados em valores amostrais.

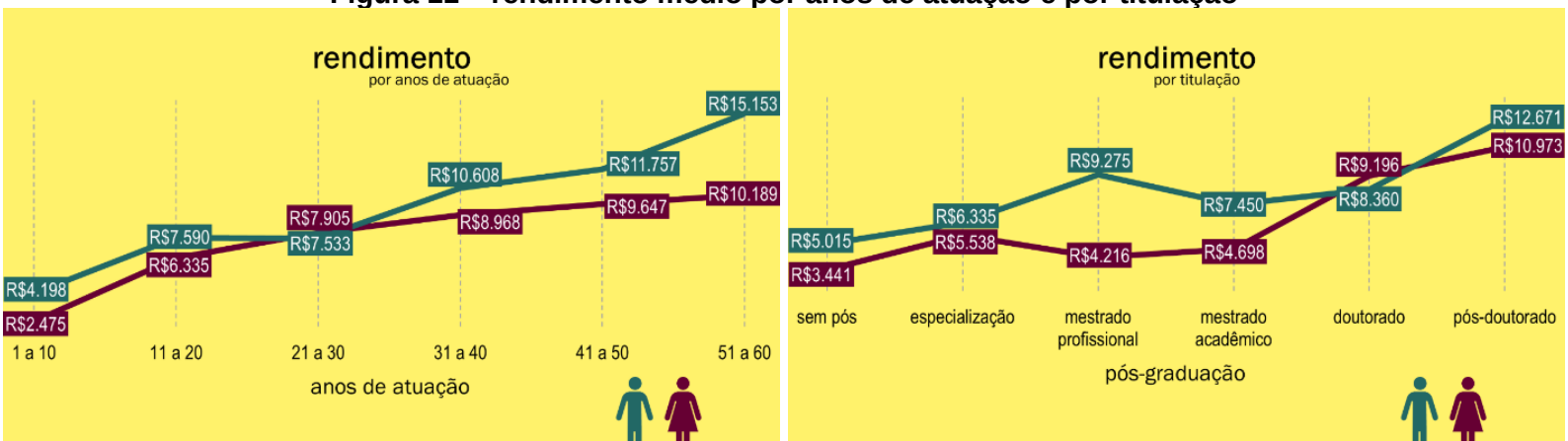
Figura 10– maiores coeficientes do 1º Diagnóstico  
'Gênero na Arquitetura e Urbanismo'



Fonte: (CAU/BR, 2020)

O 1º Diagnóstico 'Gênero na Arquitetura e Urbanismo' apontou, por exemplo, uma superioridade salarial dos arquitetos homens ao longo de praticamente toda a carreira e em quase todos os níveis de escolaridade, conforme ilustrado na **Erró! Fonte de referência não encontrada..**

Figura 11 – rendimento médio por anos de atuação e por titulação

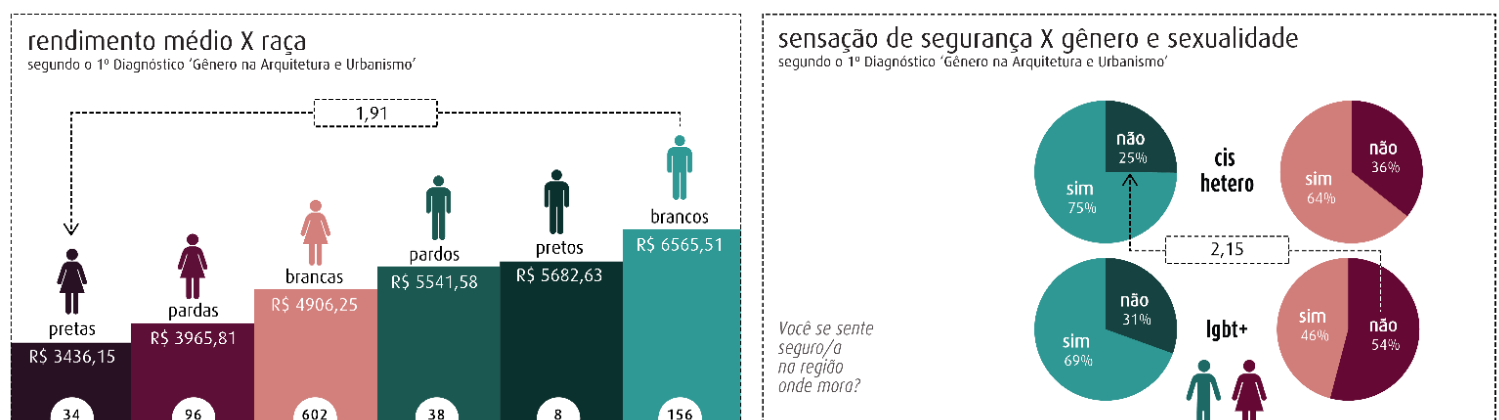


Fonte: (CAU/BR, 2020)

A pesquisa também indicou que as mulheres atuam menos na área de preferência ou vocação e têm mais dificuldade em conciliar trabalho e parentalidade do que os homens. Diante desses indicativos, pode-se fazer um paralelo com a pesquisa da arquiteta e jornalista Gwendolyn Wright (WRIGHT, 1977), que descreve os perfis das mulheres com trajetórias respeitáveis na história da arquitetura nos Estados Unidos. Para a autora, as poucas profissionais que receberam reconhecimento na profissão, que ela chama de 'arquitetas excepcionais' tiveram de sacrificar a vida pessoal, casamento, filhos e trabalhar arduamente para vencer essa barreira. Em todos os outros perfis, os obstáculos da profissão acabaram desviando as mulheres da trajetória para o reconhecimento ou elas foram impostas ao anonimato.

O diagnóstico também revelou, conforme ilustrado na Figura 12 que na profissão os homens brancos têm um rendimento médio quase duas vezes maior do que as mulheres negras; e que o percentual de mulheres LBT+ (lésbicas, bissexuais ou transexuais<sup>20</sup>) que não se sentem seguras onde moram é maior do que o dobro do de homens cis heterossexuais.

**Figura 12 – rendimento médio X raça/  
sensação de segurança X gênero e sexualidade**

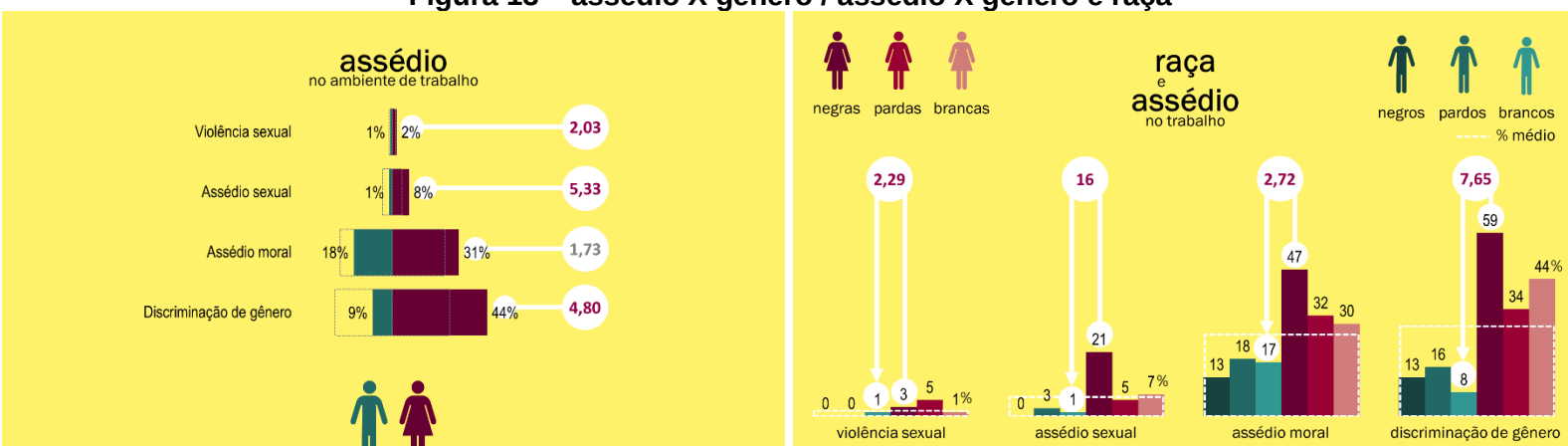


Fonte: (CAU/BR, 2020)

<sup>20</sup> As informações coletadas na pesquisa permitiam apenas essas identificações com relação a gênero e sexualidade.

Confirma-se mais uma vez a pertinência de uma análise desagregada de informações sobre a profissão, por exemplo, nas perguntas sobre os diferentes tipos de assédio nos ambientes de trabalho. Nessas questões do diagnóstico, os percentuais femininos superaram os masculinos em todas as categorias, mas ao se interseccionar informações raciais à mesma problemática, percebe-se que os percentuais das mulheres negras superam o dos homens brancos em grandezas ainda superiores. Essas diferenças são visíveis na Figura 13, que contém nos balões brancos em destaque os coeficientes calculados conforme a metodologia descrita na Tabela 1.

**Figura 13 – assédio X gênero / assédio X gênero e raça**



Fonte: (CAU/BR, 2020)

Avançando na pesquisa sobre gênero e suas interseccionalidades na profissão de arquitetura e urbanismo, esta dissertação se propõe a tabular e interpretar os resultados do 2º Censo, a fim de se confirmar e substanciar os resultados do 1º Diagnóstico.

Como recorte analítico, optou-se por interseccionar e mensurar inequidades a partir das informações das três perguntas inseridas no 2º Censo que não constavam no 1º Censo: as questões sobre gênero, raça e deficiência.

## **2. REFERENCIAIS TEÓRICOS**

### **2.1. O que nos traz aqui**

Primeiramente, para que seja possível compreender as relações entre os marcadores a serem interseccionados (gênero, raça e deficiência), faz-se necessário contextualizar os seus significados e limites. Com esse propósito, é bem-vindo um breve panorama sobre algumas correntes científicas pós-modernas diretamente relacionadas: o pós-estruturalismo e as epistemologias feministas.

As teorias do conhecimento passaram na segunda metade do século XX por algumas reformulações importantes, a partir da compreensão de que todo saber é parcial, sendo assim igualmente importantes os olhares para o objeto analisado e para o sujeito que o analisa. Em contraposição à ideia moderna de abstração e padronização do indivíduo para uma maior racionalidade na interpretação do mundo, o pós-modernismo passou a propor uma visão multidimensional e mais complexa da realidade (MENDES, 2015, p. 46).

Na própria historiografia da arquitetura, Marina Waisman menciona que a “crise dos modelos do mundo central deu lugar ao pluralismo” (2013, p. 86), o localismo substituiu o universalismo, e o conceito de região substituiu o de periferia ou margem, permitindo um novo olhar mais construtivo e original à própria história. A autora cita como exemplos dessa nova perspectiva as análises de Silvia Arango sobre o pós-modernismo das arquiteturas latino-americanas e os estudos de Ruth Verde Zein sobre a arquitetura nacional pós-Brasília, entre outros (Ibid., p. 97).



O pensamento pós-moderno rejeita a objetividade e o determinismo moderno, descarta a ideia de verdades científicas ou históricas, defende que a ciência e a tecnologia (assim como a razão e lógica) são instrumentos distorcidos pela perspectiva dos detentores de poder, contribuindo para a manutenção desse poder. Recusa determinismos biológicos, acreditando que todo comportamento humano é socialmente construído, assim como a identidade. (DUIGNAN, 2020).

A crítica ao racionalismo, desenvolvida a partir das obras de Kierkegaard e Nietzsche no século XIX, foi resgatada nos anos 1960 por diversos pensadores como questionamento aos modos dominantes de produção do saber. (CALVELLI e LOPES, [S.d.], p. 1). Nessa época surge o pós-estruturalismo, que teria sua gênese nos trabalhos de Derrida e Foucault, e trabalha com ideias como as instabilidades estruturais e o caráter subjetivo e localizado do processo de significação (MENDES, 2015, p. 46).

Essa linha de pensamento é uma das correntes filosóficas do pós-modernismo, com o qual compartilha diversos recursos discursivos. Originou-se em uma conexão crítica às perspectivas estruturalistas que influenciaram a teoria linguística, a psicologia e a antropologia e os estudos culturais e sociais, incluindo a geografia humana, transformando e questionando o conceito de estrutura, revelando as suas fragilidades e instabilidades, propondo abordagens mais relacionais e menos absolutas (PHILLIPS, 2016).

Nesse contexto, o conhecimento é compreendido como nada mais que uma atribuição de sentido, uma interpretação de uma existência, além de ser influenciado pela perspectiva de quem o produz.

Waissman também discorre sobre a subjetividade na produção historiográfica da arquitetura, classificando a história para além de uma simples narração, como uma sucessão de juízos. Para ela os nossos instrumentos de leitura de mundo foram forjados nos países centrais (como os europeus) e, por consequência, não se aplicam para descrever a realidade arquitetônica e urbanística dos países das margens (como os latino-americanos).

Exerce-se o juízo histórico desde o momento mesmo em que se toma a decisão de trabalhar sobre um determinado tema, isto é, desde o momento em que se define o objeto de estudo do historiador e, em seguida, exerce-se um juízo quando são escolhidos instrumentos e metodologias de análise, quando se delimita o alcance do estudo etc. etc. Nessa série de juízos, o momento histórico em que vive o historiador tem papel preponderante, já que a história é escrita a partir dos interesses do presente e com os instrumentos, pré-concepções e projetos do presente. A história é, portanto, é continuamente reescrita, e a historiografia permite a dupla leitura da matéria tratada e da ideologia do momento histórico em que foi estudada. (WAISMAN, 2013, p. 3).

Passa-se então a entender que a produção de conhecimento é distorcida pela perspectiva de quem o produz. Dessa forma, por mais abstrato que pareça, acredita-se que seja impossível definir objetivamente qualquer conceito ou ideia ou explicar de forma completa e distanciada uma realidade:

Assim, a resposta para a definição do próprio termo somente será encontrada a partir de perspectivas que o negam, mesmo porque a pergunta “o que significa pós-estruturalismo?” apenas faz sentido para aqueles que são classificados fora dos limites criados por essa designação. A própria tentativa de definição do conceito já implica uma estratégia de construções limítrofes que, em última instância, tenta organizar os campos de saber a partir de táticas que situam discursos em determinadas tradições ou abordagens. Essa tentativa de localização discursiva pode ser inserida em um projeto maior de classificações textuais que são a base para o controle e a legitimação de perspectivas na produção e na construção de campos do saber. (MENDES, 2015, p. 47)

O modo de produzir e sistematizar o conhecimento proposto pelo pós-estruturalismo rompe com a ideia de verdades absolutas e com modelos

cartesianos e binários (preto ou branco, masculino ou feminino, privado ou público etc.), admitindo uma área cinzenta e sobreposições, além de dimensões intercruzadas, desconstruídas, simultaneamente convergentes e divergentes, a depender da perspectiva adotada. Aceita-se o caos como parte do mundo, mas admite-se que não se dispõe ainda de ferramentas para descrevê-lo. Tudo passa a ser então uma experimentação de novas chaves de leitura e todo estudo passa a conviver com suas próprias limitações.

O pós-estruturalismo não é uma escola de pensamento<sup>21</sup>, mas se desdobra em uma série de teorias (como a teoria do discurso, os estudos culturais, a teoria *queer* e as epistemologias feministas), que questionam a parcialidade da ciência e a universalidade do sujeito que a produziu até então, além de compreender a construção da identidade como um processo de enculturação<sup>22</sup> complexo e não determinista, influenciado por diversas camadas além da classe, como a raça, o gênero e a sexualidade, entre outras (AGUILAR e GONÇALVES, 2017). Assim, “[...] para o pós-estruturalismo, significado e identidade são muito mais efeitos do que causas.”<sup>23</sup> (HARRISON, 2006, p. 122).

### 2.1.1. Epistemologia feminista

Em uma linha de raciocínio semelhante, algumas correntes feministas se desenvolveram nas décadas de 1970-80 a partir da crítica de que o que até então

---

<sup>21</sup> “[...] as figuras, obras e perspectivas classificadas sob o título ‘pós-estruturalismo’ não são em sua maior parte auto-declaradas; elas não aderiram a um manifesto e não compartilham uma crença.”. **Tradução livre da autora:** “[...] *the figures, works and views gathered under the title ‘poststructuralism’ are for the most part not self-selecting; they did not and have not signed up to a manifesto and do not share a credo.*” (HARRISON, 2006, p. 122)

<sup>22</sup> Aqui entendida como sinônimo de endoculturação: “[...] o comportamento dos indivíduos depende de um aprendizado, de um processo que chamamos de **endoculturação**. Um menino e uma menina agem diferentemente não em função de seus hormônios, mas em decorrência de uma educação diferenciada.” (LARAIA, 1986, p. 19–20)

<sup>23</sup> **Tradução livre da autora:** “[...] for poststructuralism, meaning and identity are effects rather than causes.”

se conhecia como racionalidade e objetividade tratava-se na verdade de uma interpretação eurocêntrica e masculinizada<sup>24</sup> do mundo e, conseqüentemente, viciada.

No livro *Feminist Epistemologies*, Lorraine Code (CODE, 1993) sustenta que as correntes epistemológicas tradicionais se baseavam na ilusão de um sujeito universal e normativo em prol de uma visão neutra ou imparcial, mas ao fazê-lo, acabavam por reproduzir análises imprecisas e menos objetivas por desconsiderarem o contexto social e histórico desse sujeito. Assim, para uma interpretação mais assertiva e democrática da realidade, seria necessário considerar para além de suas camadas materiais, as dimensões subjetivas de quem a estivesse interpretando, ou seja: o conceito de *standpoint* ou 'lugar de fala'<sup>25</sup>.

[...] as estratégias para se identificar condições necessárias e suficientes para a equação "S sabe que p" na literatura convencional não serão nunca bem-sucedidas, a menos que deem a mesma atenção ao S que elas dão ao p <sup>26</sup> (ALCOFF e POTTER, 1993, p. 5).

Com algumas exceções (como o Radfem<sup>27</sup>), as diversas correntes feministas defendem que o 'gênero' (conceito desenvolvido na seção seguinte)

---

<sup>24</sup> E reflexo de uma série de cruzamentos de características dos sujeitos dominantes e normativos no mundo ocidental, ou seja: patriarcal, colonizadora, heterossexual, cisgênero, branca, sem deficiência, entre outros.

<sup>25</sup> "Pensar lugares de fala [...] seria desestabilizar e criar fissuras e tensionamentos a fim de fazer emergir não somente contradiscursos, posto que ser contra ainda é ser contrária a alguma coisa. Ser contra-hegemônica ainda é ter como norte aquilo que me impõem. [...] são discursos potentes e construídos a partir de outros referenciais e geografias; visam pensar outras possibilidades de existências para além das impostas pelo regime discursivo dominante." (RIBEIRO, 2019, p. 39)

<sup>26</sup> **Tradução livre da autora:** "[...] strategies for identifying necessary and sufficient conditions for "S knows that p" in the mainstream literature can never be successful until they pay as much attention to S as they pay to p."

<sup>27</sup> Para saber mais, é possível consultar: <https://contrapontodigital.pucsp.br/noticias/o-radfem-e-seu-papel-de-exclusao-das-mulheres-trans-dentro-no-feminismo-contemporaneo> [Acesso em 09-08-2022]

não deve ser entendido como um fator isolado de opressão, e sim junto a outros marcadores como raça, classe, sexualidade, cultura e idade, entre outros; logo a luta feminista deve ser emancipatória para todos os indivíduos. Acredita-se que não haja uma hierarquia de subordinações, sendo praticamente um consenso que:

[...] tanto o termo quanto o projeto feminista, por si só, devem ser mais inclusivos [...]. Se o feminismo deve liberar as mulheres, ele deve combater todas as formas de dominação porque as mulheres perpassam todas as categorias de pessoas oprimidas. Assim, ao nos referirmos a um projeto liberatório como 'feminista', não é possível afirmar que ele abarca somente 'mulheres' [...] <sup>28</sup> (ALCOFF e POTTER, 1993, p. 5).

No livro 'Feminismo para os 99%: um manifesto', Cinzia Arruda, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser reafirmam o lugar do movimento feminista como uma pauta de inclusão de todos os grupos marginalizados:

Esse feminismo não se limita às “questões de mulheres” como tem sido tradicionalmente definido. Defendendo todas as pessoas que são exploradas, dominadas e oprimidas, ele tem como objetivo se tornar uma fonte de esperança para a humanidade. É por isso que o chamamos de *feminismo para os 99%*. (2019, p. 42)

A crítica mais recorrente às teorias feministas na filosofia relaciona-se ao seu caráter “abertamente” político, logo, “intelectualmente inferior”. Esse entendimento se enquadra, sob uma lente pós-estruturalista, no mito da neutralidade, que pressupõe que a qualidade de um estudo científico é diretamente proporcional à sua imparcialidade e ao seu tecnicismo. A

---

<sup>28</sup> **Tradução livre da autora:** “[...] both the term and the project of feminism itself must be more inclusive[...]. If feminism is to liberate women, it must address virtually all forms of domination because women fill the ranks of every category of oppressed people. [...] Thus, to refer to a liberatory project as “feminist” cannot mean that it is only for or about ‘women’ [...]”.

epistemologia feminista, por outro lado, alega que toda ciência reflete um posicionamento subjetivo e uma relação de poder <sup>29</sup>.

A escritora e pesquisadora portuguesa afrodescendente Grada Kilomba questiona a parcialidade da epistemologia tradicional, que reflete os interesses políticos da sociedade branca, colonial e patriarcal e põe em jogo a legitimidade do pensamento feminista:

Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega episteme, que significa conhecimento, e logos, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina: 1) (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2) (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3) (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos. É comum ouvirmos o quão interessante nosso trabalho é, mas também ouvimos o quão específico ele é: “Isso não é nada objetivo!” “Você tem que ser neutra...” “Se você quiser se tornar uma acadêmica, não pode ser pessoal” “A ciência é universal, não subjetiva” “Seu problema é que você superinterpreta a realidade, você deve se achar a rainha da interpretação!” (KILOMBA, 2016)

É necessário, portanto, compreender, no discurso feminista, o contexto e a perspectiva de quem produz o conhecimento como ferramentas de maior assertividade e precisão científica. Entende-se que o conhecimento é socialmente localizado e, para compreendê-lo, é necessário identificar o local a partir do qual ele foi produzido. Dessa forma, para “as feministas, o objetivo da epistemologia vai além de satisfazer curiosidades intelectuais: ela deve também

---

<sup>29</sup> Sobre discriminação epistêmica ou epistemicídio: (ALCOFF e DALMIYA, 1993)

contribuir para um objetivo emancipatório de expansão da democracia na produção do conhecimento.”<sup>30</sup> (ALCOFF e POTTER, 1993, p. 13).

### 2.1.2. O sujeito normativo

Olharmos com tanta paixão e obstinação aos grupos não dominantes teve o efeito de reproduzir a sensação de estranheza, a diferença, a excepcionalidade desses grupos, o sentimento de que eles são desvios da norma. Enquanto isso, a norma seguiu adiante como a forma natural, inevitável e comum de sermos humanos<sup>31</sup>. (DYER, 2002, p. 126)

A posição do sujeito normativo em nossas construções sociais e processos de significação se constitui também a partir de uma relação de centro e periferia. Em um processo de autoafirmação e perpetuação, os grupos dominantes marcam os demais e os renegam às margens das estruturas, como explica Grada Kilomba em continuidade ao discurso transcrito na página 31:

Tais comentários ilustram uma hierarquia colonial, pela qual pessoas negras e racializadas são demarcadas. Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas. **Tais observações posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento ‘des-viado’ e desviante enquanto discursos brancos permanecem no centro, como norma.** Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. Universal/específico; Objetivo/subjetivo; Neutro/pessoal; Racional/emocional; Imparcial/parcial; Eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências. Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras”, e sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar. (KILOMBA, 2016, grifo nosso)

---

<sup>30</sup> Tradução livre da autora: “For feminists, the purpose of epistemology is not only to satisfy intellectual curiosity, but also to contribute to an emancipatory goal: the expansion of democracy in the production of knowledge.”

<sup>31</sup> Tradução livre da autora: “Looking, with such passion and single-mindedness, at non-dominant groups has had the effect of reproducing the sense of the oddness, differentness, exceptionality of these groups, the feeling that they are departures from the norm. Meanwhile the norm has carried on as it is the natural, inevitable, ordinary way of being human.”

Como detalharemos a seguir, nas diversas categorias que formulam identidades e subjetividades, há indivíduos que representam o padrão e outros, em consequência, o desvio. A psicóloga Lia Vainer Schurman, no livro *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, explica:

[...] os estudos sobre raça marcados pela transferência do olhar das margens para o centro é um análogo lógico dos estudos feministas, que recolocaram a questão em outros parâmetros. Considerando a categoria “gênero” como relacional, passaram também a estudar e levantar “o problema do homem”, retirando, assim, a mulher do foco problemático no qual recaíam os estudos sobre as desigualdades de gênero. Na mesma lógica, a heterossexualidade passou a ser questionada em sua norma e suas práticas com a finalidade de desmarginalizar a homossexualidade. Em todos esses casos, a lógica foi tirar o olhar das identidades consideradas de margem e voltar para a autoconstrução do centro com o intuito de olhar, revelar e denunciar também o seu conteúdo, que até então havia sido privado de uma análise crítica.

Em *Os anormais*, Foucault sugere que a norma constitui o conjunto de características que difere os sujeitos veladamente autorizados a integrar de forma plena a sociedade e aqueles que não, que ele chama de ‘anormais’, que inclui, por exemplo, os loucos, os doentes, os criminosos, os desviantes, as crianças, e os pobres (FOUCAULT, 2010, p. 54). A esses cabe mecanismos de correção ou de exclusão visando a sua adequação ao normal, ou seja, a normalização. Trata-se então de uma concessão de poder a alguns grupos em detrimento de outros, como ele afirma:

[...]a norma é portadora de uma pretensão ao poder. A norma não é simplesmente um princípio, não é nem mesmo um princípio de inteligibilidade; é um elemento a partir do qual certo exercício do poder se acha fundado e legitimado. (FOUCAULT, 2010, p. 62)

Assim, os grupos normativos – e os seres humanos como um todo – geralmente lidam com as diferenças de forma hierárquica, atribuindo privilégios aos seus iguais e subjugando os diferentes. Indivíduos pertencentes ao grupo



de *locus* social mais favorecido conferem aos demais lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2019, p. 37). Audre Lorde explica essa reatividade de forma didática:

Todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas (LORDE, 2019a, p. 239)

As subjetividades, então, não se constituem isoladamente, mas sim em contraposição aos outros, a partir da constatação das semelhanças e das diferenças. Logo, a hegemonia de alguns grupos se constitui, na perspectiva gramsciana, como “um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida: nossos sentidos e distribuição de energia, nossa percepção de nós mesmos e nosso mundo” (WILLIAMS, 1979, p. 113), a partir da qual é muito difícil para a maioria dos membros da sociedade movimentar-se. Ícone do pensamento feminista, Simone Beauvoir explica essa visão relacional do sujeito hegemônico que coloca os ‘outros’ como ameaça:

Os judeus são “outros” para o antissemita, os negros para os racistas norte-americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Lévi-Strauss pôde concluir: “A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar os dados fundamentais e imediatos da realidade social”. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. (BEAUVOIR, 2014, p. 11–12)

Essa relação de poder perpassa diversas esferas, como a própria participação política, que reserva aos indivíduos universais o direito à voz, à liberdade e até mesmo à própria cidadania. Na pesquisa *Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas*, a cientista política Teresa Sacchet investiga até que ponto a inclusão de membros de grupos sociais não hegemônicos em processos político-decisórios pode ser justificada desde uma perspectiva normativa. Nas discussões sobre democracia e representatividade dentro de uma visão liberal, não há espaço para corpos desviantes disputarem processos eleitorais em condições de igualdade, o que faz com que as suas demandas específicas não sejam incorporadas ao arcabouço legislativo, considerando a relação estreita entre quem é o legislador e o conteúdo do que é legislado (SACCHET, 2012, p. 340).

Também para a Anne Phillips, uma das mais distintas teóricas das ciências políticas, na perspectiva da democracia liberal, não há espaço de fato para as mulheres nessa arena, que impõe aos que podem adentrá-la a condição de cidadãos abstratos, apagando todas as diferenças (de classe, gênero, raça, etc.) em relação a um determinado corpo masculino, que representa a norma.

Os democratas liberais, em particular, acreditam ter estendido todos os direitos e liberdades necessários às mulheres ao permitir-lhes o voto nos mesmos termos dos homens. Isso é simplesmente inadequado, como até os indicadores mais crus (como o número de mulheres na política) mostram. A democracia não pode pairar acima da diferença sexual, mas tem que ser redefinida com essa diferença em mente. Uma implicação óbvia é que a democracia deve lidar conosco não apenas como indivíduos, mas como grupos. [...] A composição de nossas assembleias eleitas está em causa porque as pessoas não são todas as mesmas, e o fato de que elas sejam tão consistentemente enviesadas em direção a certas categorias

ou grupos é evidência suficiente para isso. Quando as características dos eleitos se desviam em grau significativo daquelas do eleitorado como um todo, há um caso claro para dizer que algo está errado. (PHILLIPS, 2011, p. 341–342)

Assim, ao se definir um sujeito dos direitos, define-se também o seu oposto: o não-sujeito. Os mesmos mecanismos excludentes marcam os corpos desviantes da norma, seja em termos de gênero, mas também de raça, deficiência, idade, etnia, crença, sexualidade, afetividade, entre outros, garantindo, em via de regra, a hegemonia da heterocisnormatividade<sup>32</sup>.

No contexto e nas categorias em análise nesta dissertação (gênero, raça e deficiência), sobressaem como norma: os homens cisgênero, brancos e sem deficiência, fato que buscar-se-á comprovar a partir da tabulação dos dados. Para Patrícia Hill Collins, professora emérita o departamento de sociologia da Universidade de Maryland e feminista interseccional:

O status de ser o “outro” implica ser o outro em relação a algo ou ser diferente da norma pressuposta de comportamento masculino branco. Nesse modelo, **homens brancos poderosos definem-se como sujeitos**, os verdadeiros atores, e classificam as pessoas de cor e as mulheres em termos de sua posição em relação a esse eixo masculino branco. Como foi negada às mulheres negras a autoridade de desafiar essas definições, esse modelo consiste de imagens que definem as mulheres negras como um outro negativo, a antítese virtual da imagem positiva dos homens brancos. (COLLINS, 2016, p. 105, grifo nosso)

---

<sup>32</sup> “Heterocisnormatividade é a aglutinação das palavras heteronormatividade e cisgeneridade que indica o estabelecimento de um padrão social de comportamento baseado tanto na heterossexualidade - orientação sexual dirigida para o “sexo” oposto - como na cisgeneridade - “congruência” entre o “sexo biológico” determinado ao nascer e o gênero com o qual uma pessoa se identifica - como únicas formas possíveis e inteligíveis de se viver os afetos, os desejos e os gêneros.” (BIANOR, 2019, p. 18)

## **2.2. Gênero, Raça e Deficiência - Marcadores de diferença**

A partir dessa contextualização preliminar, surge o desafio, no escopo da presente pesquisa, de se conceituar sob preceitos pós-estruturalistas e feministas, as categorias a serem analisadas, dentro do recorte proposto. Reitera-se que qualquer tentativa de tradução em palavras desses conceitos, na sua complexidade, será naturalmente limitada e distorcida, o que não elimina a pertinência de fazê-lo para auxiliar na compreensão dos objetivos do presente estudo.

Cabe também ressaltar, como observado por Paul Abberley, pioneiro nos estudos sobre deficiência, que falar de opressões não significa enquadrá-las em um guarda-chuva monolítico e hermético de subordinação sob o qual podemos incluir mulheres, pessoas negras, pessoas com deficiência, entre outros. É preciso compreender que as formas pelas quais as relações de poder se manifestam são sofisticadas e variáveis em forma, conteúdo e localização. Mais importante ainda é destacar que essas desvantagens e as ideologias que lhes dão suporte não são naturais e muito menos inevitáveis. Finalmente, esse processo envolve identificar quem são os beneficiários desse estado de fato (ABBERLEY, 1987, p. 7).

Assim, faremos a seguir uma tentativa de alinhamentos sobre o que se entende por estes marcadores de diferença, assim como a apresentação de hipóteses sobre o sujeito normativo e os sujeitos vulnerabilizados em cada um deles, no âmbito da prática da arquitetura e do urbanismo. Em seguida, passaremos à tabulação dos dados, com o objetivo de se confirmar tais pressuposições.

### 2.3.3. Gênero

A complexidade do conceito de gênero exige um conjunto interdisciplinar e pós-disciplinar de discursos, com vistas a resistir à domesticação acadêmica dos estudos sobre gênero ou dos estudos sobre as mulheres, e de radicalizar a noção de crítica feminista. (BUTLER, 2003a, p. 12)

No bojo do feminismo é que nascem as ideias sobre o significado de 'gênero'. Enquanto uma noção cunhada nas teorias pós-estruturalistas, não há, conseqüentemente, clareza ou coerência nas definições sobre essa categoria. Conceituá-la no universo genealógico, linguístico e epistemológico moderno é um desafio, sendo impossível enquadrar em estruturas unidimensionais uma experiência complexa e multifacetada. Joan Scott, no texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, relata essa dificuldade de se teorizar o conceito no léxico até então vigente:

Na sua maioria, as tentativas dos/das historiadores/as para teorizar o gênero permaneceram presas aos quadros de referência tradicionais das ciências sociais, utilizando formulações há muito estabelecidas e baseadas em explicações causais universais. Estas teorias tiveram, no melhor dos casos, um caráter limitado, porque elas têm tendência a incluir generalizações redutivas ou demasiadamente simples, que se opõem não apenas à compreensão que a história como disciplina tem sobre a complexidade do processo de causação social, mas também aos compromissos feministas com análises que levam à mudança. (1995, p. 74)

Assim sendo, qualquer tentativa de enquadrar o entendimento de gênero em estruturas rígidas e finitas será reificadora<sup>33</sup>, universalizante, sub ou superinclusiva ou ainda imbuída de contradições, o que não impede e nem torna menos urgente que se proponha um ponto de partida, a partir da aceitação de

---

<sup>33</sup> reificar: "verbo transitivo direto: 1. Contemplar uma realidade abstrata como uma coisa concreta; 2. Atribuir o caráter de coisa a; coisificar; 3. (filosofia) Ficar alienado, sem reação." ("reificar", 2022)

que as categorias analíticas sempre serão limitadas e incompletas. Para Scott, precisamos rejeitar oposições binárias, desconstruir os termos da diferença sexual e entender melhor a distinção entre o nosso vocabulário analítico e o material que queremos analisar, para encontrarmos formas (mesmo que imperfeitas) de submeter de maneira contínua as nossas categorias à crítica e nossas análises à autocrítica. Sandra Harding, filósofa e pesquisadora estadunidense, sugere que a teoria feminista aceite a instabilidade das categorias analíticas e tire partido delas como recurso de pensamento e prática:

Como poderemos, então, construir uma teoria feminista adequada ou mesmo diversas teorias, pós-modernas ou não? Onde iremos encontrar conceitos e categorias analíticas livres das deficiências patriarcais? Por um lado, podemos usar a força da razão e da vontade, modeladas pelas lutas políticas, para reunir o que vemos diante de nossos olhos na vida e na história contemporâneas numa imagem conceitual clara e coerente [...]. Por outro lado, é possível aprender a aceitar a instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recurso de pensamento e prática. Não há “ciência normal” para nós! (HARDING, 2019, p. 98)

Nas mais diversas correntes do feminismo, a *generificação* dos corpos é discutida e formulada a partir de percepções que interrelacionam poder, discurso e identidade. A “confusão subversiva” (BUTLER, 2003b, p. 60) e a polifonia de abordagens coincidem, irônica ou propositalmente, com as próprias propostas relacionais, pós-estruturalistas e desconstrucionistas de rejeição a determinismos e cânones. Não há e não se espera que haja unanimidades, talvez seja essa a única delas. A pluralidade de significações e interpretações não deve ser entendida como uma fragilidade discursiva, e sim como uma problematização necessária.

Em geral, sugere-se que as relações e diferenças entre sexo, gênero e desejo operem para além de dimensões biológicas e naturalísticas, e sim em contextos muito mais baseados na performatividade<sup>34</sup>, nas subjetividades, nos processos de enculturação e nas construções coletivas. Não se espera coerência entre genitália e identidade ou afetividade; e não se limitam os corpos a objetivos reprodutivos. Já nos anos 50, Simone de Beauvoir, dizia:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2014, p. 9)

Para ela, o masculino representa a universalidade descorporificada e o feminino a corporalidade renegada. Esse raciocínio, ainda dialético, foi desconstruído e ampliado posteriormente por filósofas como a francesa Luce Irigaray, que sugere que tanto o marcador como o marcado são enquadrados em um sistema masculinista, no qual o corpo feminino sequer aparece, sendo alienado e anulado nesse universo (IRIGARAY, 1985, p. 33).

Joan Scott, historiadora norte-americana, resume as abordagens analíticas de gênero em três macro posições teóricas, demonstrando que a

---

<sup>34</sup> “Dizer que o gênero é performativo significa dizer que ele tem uma certa expressão e manifestação; já que a “aparência” do gênero é muitas vezes confundida com um sinal de sua verdade interior ou inerente. O gênero é condicionado por normas obrigatórias que o fazem definir-se em um sentido ou outro (geralmente dentro de uma estrutura binária) e, portanto, a reprodução do gênero é sempre uma negociação de poder. Por fim, não há gênero sem reprodução de regulamentos que comprometam a conformidade ou não conformidade com esses regulamentos, que abre a possibilidade de uma reelaboração da realidade de gênero meio de novas maneiras.” (BUTLER, 2009, p. 322). Tradução livre da autora: “Decir que el género es performativo significa decir que posee una determinada expresión y manifestación; ya que la “aparencia” del género a menudo se confunde con un signo de su verdad interna o inherente. El género está condicionado por normas obligatorias que lo hacen definirse en un sentido u otro (generalmente dentro de un marco binario) y por tanto la reproducción del género es siempre una negociación de poder. Finalmente, no hay género sin reproducción de normas que pongan en riesgo el cumplimiento o incumplimiento de esas normas, con lo cual se abre la posibilidad de una reelaboración de la realidad de género por medio de nuevas formas.”

“história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica entre masculino e feminino, em seus contextos específicos e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações.” (SCOTT, 1995, p. 84).

A primeira, uma tentativa inteiramente feminista, empenha-se em explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no interior de uma tradição marxista e busca um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*), se inspira nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (SCOTT, 1995, p. 77)

Assim, o termo ‘**gênero**’ foi historicamente adotado em substituição ao termo ‘mulheres’, para incluir na mesma dimensão relacional os homens, sugerindo que ambos deveriam ser marcados pela categoria, diferentemente do que acontece na prática, na qual os homens são percebidos como a regra e as mulheres o desvio. Para Monique Wittig, autora feminista francesa, “[...] não há dois gêneros. Há somente um: o feminino; o masculino não sendo um gênero. Pois o masculino não é o masculino, e sim o geral.”<sup>35</sup> (WITTIG, 1983, p. 64).

Essa ressignificação, segundo Scott (1995, p. 75), pode ter sido também reflexo de uma tentativa de maior aceitação na academia e nos discursos teóricos das ideias feministas, considerando que ‘gênero’ tem uma conotação mais neutra e objetiva que ‘mulheres’, além de não posicionada em relação às desigualdades ou referência explícita da parte lesada.

Em outras culturas, o gênero não tem a mesma aplicabilidade que tem nas culturas ocidentalizadas. Tomando a linguística como um exemplo das divergências regionais, sabe-se que em alguns idiomas indo-europeus, além das

---

<sup>35</sup> Tradução livre da autora: “[...] there are not two genders. There is only one: the feminine, the ‘masculine’ not being a gender. For the masculine is not the masculine but the general”.



variações feminina e masculina, o sujeito gramatical pode ser flexionado de forma neutra (SCOTT, 1995, p. 72). Segundo a pesquisadora nigeriana Oyèrónkẹ Oyěwùmí (1997), na língua Yorùbá, a categoria ‘mulher’ sequer existe, não havendo distinções de gênero nem na gramática e nem em nomes próprios. Em diversos povos tradicionais norte-americanos<sup>36</sup>, acredita-se que alguns indivíduos tenham dois espíritos (os chamados ‘*two-spirit*’), corporificando seja o masculino quanto o feminino simultaneamente (FERNANDES, 2015).

Ressalvadas – mas não minimizadas ou epistemizadas - essas complexidades regionais, assim como as posições antagônicas, o gênero tem se mostrado uma ferramenta discursiva certamente didática e dialógica no mundo das tradições judaico-cristãs e islâmicas, assim como nas pesquisas acadêmicas contemporâneas sobre diversidade e representatividade. “O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente [...]” (SCOTT, 1995, p. 88). Sobreposto a outras dimensões, ele pode ser instrumento de práxis crítica e projeto político de resistência, para além de uma simples chave analítica.

Judith Butler, importante referência estadunidense do pensamento pós-estruturalista, feminista e *queer*, propõe a ruptura das categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade. Para ela, o gênero é muito mais que um ‘fator’ ou ‘dimensão’ de análise, e sim uma ‘marca’ à qual algumas pessoas estão sujeitas por suas diferenças biológicas, linguísticas ou culturais. Assim, discursos que defendem a relação direta entre **sexo** (genitália), **identidade** e **atração** impõem o que ela chama de “heterossexualidade compulsória” (ou heterossexismo,

---

<sup>36</sup> Para mais informações sobre as relações de gênero nos povos indígenas brasileiros, recomenda-se consultar: (SACCHI e GRAMKOW, 2012)

heteronormatividade; matriz heterossexual), onde a não coerência entre um e o outro é vista como desvio da norma e até mesmo como enfermidade.<sup>37</sup>

Em meados da década de 90 surge o termo '**cisgênero**' (ou cis), para descrever pessoas que não são '**transgênero**'<sup>38</sup> (ou trans). Essa denominação é frequentemente atribuída a Carl Buijs, um homem trans holandês (LEONARDO e colab., 2017, p. 5), para preencher a lacuna de designação para pessoas que representam a 'norma', o hegemônico, sem conotar superioridade. Cisgênero é uma pessoa cuja identidade (experiência interna e individual) corresponde ao sexo atribuído no nascimento (genitália, aparato reprodutivo biológico). Assim, se um indivíduo de identidade masculina ao nascer foi determinado com o sexo masculino, ele é um homem cis; se ao nascer ele foi determinado com o sexo feminino, ele é um homem trans. Autoras *queer* como Butler (2003b) e Wittig (1983) sugerem a supressão da categoria 'sexo'<sup>39</sup>, sendo que o conceito de 'gênero' já comporta a relação entre identidade e genitália, sendo menos determinista e um reflexo mais completo da identidade social do indivíduo. Viviane Vergueiro, pesquisadora e ativista do Fundo Internacional Trans; diz:

---

<sup>37</sup> Somente em junho de 2018, após 28 anos desde a sua inclusão, a transexualidade foi retirada do rol da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID) da Organização Mundial da Saúde, decisão oficializada em maio de 2019 durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde e com efeitos plenos apenas a partir de 1º de janeiro de 2022. Fonte: <https://pebmed.com.br/transexualidade-nao-e-mais-considerada-um-transtorno-mental/>, Acesso em 09-08-2022

<sup>38</sup> Termo que se difere de 'transexual', por independer de qualquer relação corpórea. 'Transgênero' compreende identidade psíquica, não tendo relação com características físicas. 'Transexual' geralmente se refere à pessoa que passa pela transição sexual por tratamentos hormonais ou cirúrgicos a fim de se assemelhar fisicamente com sua identidade de gênero. Algumas reflexões provocativas sobre a diferença psicanalítica entre 'transexual' e 'transgênero' podem ser consultadas em [https://www.ebp.org.br/correio\\_express/2021/07/29/a-diferenca-entre-transexual-e-transgenero-de-que-se-trata-para-a-psicanalise/#\\_edn5](https://www.ebp.org.br/correio_express/2021/07/29/a-diferenca-entre-transexual-e-transgenero-de-que-se-trata-para-a-psicanalise/#_edn5).

<sup>39</sup> "Para Wittig, a restrição binária que pesa sobre o sexo atende aos objetivos reprodutivos de um sistema de heterossexualidade compulsória; ela afirma, ocasionalmente, que a derrubada da heterossexualidade compulsória irá inaugurar um verdadeiro humanismo da 'pessoa', livre dos grilhões do sexo." (BUTLER, 2003b, p. 41)

[...] uma primeira definição para a cisgeneridade seria considerá-la a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas. E aqui talvez seja importante uma ressalva sobre os propósitos deste conceito: aqui, não se trata de almejar a criação de uma “identidade cisgênera”, ao menos não no sentido de reproduzir o exercício de diagnóstico e imposição identitária que é colocado diante das comunidades e pessoas trans travestis. Trata-se, sim, de um esforço no sentido de encontrar formas de se referir às normalidades corporais e de identidades de gênero sem recorrer a terminologias que, de uma maneira ou outra, partem da naturalidade ou superioridade cisgênera – como, por exemplo, o uso de termos como “biológico” e “de verdade” para designar pessoas que não sejam trans travestis. (VERGUEIRO, 2016, p. 252)

O mesmo processo etimológico ocorreu com uma categoria que não será objeto direto desta dissertação, mas que carece de uma breve explanação afim de diferenciá-la do ‘gênero’: a ‘**orientação sexual**’, ‘sexualidade’ ou ‘afetividade’, que consiste basicamente em uma percepção relacional de desejo ou atração física por outros indivíduos. O termo ‘heterossexual’ foi cunhado no início do século XX para designar a sexualidade normativa, em um paralelo à terminologia da sexualidade desviante, ‘homossexual’, cuja definição já existia anteriormente.

Jonathan Ned Katz, no livro *A invenção da heterossexualidade* (KATZ, 1995, p. 92) relata a evolução dos termos na língua inglesa a partir do histórico de verbetes do dicionário *Webster’s New International Dictionary* (entre outros). Em 1909, o termo **homossexualidade** é definido pela primeira vez no glossário como “paixão sexual mórbida por uma pessoa do mesmo sexo” (grifo nosso). Em 1923, o termo **heterossexualidade** resgata e adapta a descrição do verbete anterior, o definindo como “paixão sexual mórbida por uma pessoa do sexo oposto” (grifo nosso).

Somente em 1934, ambos os termos aparecem sem qualquer conotação de enfermidade médica, sendo a **homossexualidade** então definida como

“erotismo por uma pessoa do mesmo sexo” e a **heterossexualidade** como “manifestação de paixão sexual por uma pessoa do sexo oposto; sexualidade normal” (grifo nosso). Nota-se que a publicação deixa clara qual das duas manifestações é tida como norma e qual é tida como dissonante.

Tanto o gênero quanto a sexualidade não se resumem a novas binaridades, como cis *versus* trans ou hetero *versus* homo, havendo outras identidades e orientações possíveis. No caso do gênero, há pessoas que se autodeterminam não binárias, travestis (uma vivência exclusiva do contexto histórico-social latino-brasileiro), gênero fluido, *queer*, agênero, e muitos outros<sup>40</sup>. Da mesma forma, em termos de orientação sexual, há pessoas que se autodeterminam bissexuais, assexuais, pansexuais, e muitos outros. Fato é que ambas as categorias/marcadores são conceitos cunhados no pós-estruturalismo, não necessitando de limites além daqueles da subjetividade, sendo passíveis de representar uma pluralidade de existências e dotar os seres humanos do direito à autodeterminação<sup>41</sup>.

#### 2.3.4. Raça<sup>42</sup>

Enquanto “raça” não é biologia, o racismo de fato afeta nossa biologia, especialmente a nossa saúde e bem-estar.<sup>43</sup> (AAPA, 1996)

---

<sup>40</sup> Para mais informações sobre outros gêneros, sugere-se consultar: <https://orientando.org/listas/lista-de-generos/> e [https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki\\_Identidades](https://identidades.fandom.com/pt-br/wiki/Wiki_Identidades)

<sup>41</sup> Sobre direito à autodeterminação, recomenda-se: (GERASSI e BRASIL, 2014)

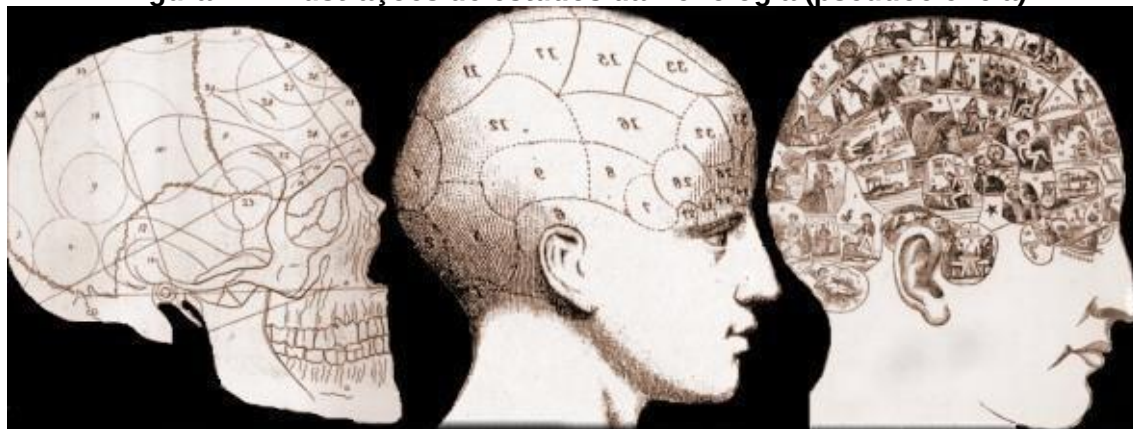
<sup>42</sup> Assim como na tese de Lia Vainer Schucman, ressalva-se: “No Brasil, de maneira geral, a questão da negritude tem sido mais investigada do que a do indígena e dos orientais, e estes estudos mostram que o contraponto do branco no imaginário coletivo tem sido o negro. Desta forma utilizo muitos destes trabalhos para a compreensão da branquitude, e por isto muitas vezes utilizo a categoria negra e não de outras minorias[...]” (SCHUCMAN, 2012, p. 18)

<sup>43</sup> **Tradução livre da autora:** “While “race” is not biology, racism does affect our biology, especially our health and well-being.” (AAPA, 1996)

Para a conceituação do marcador 'raça', igualmente complexo, é pertinente uma contextualização sobre o seu atual *status quo* e um brevíssimo panorama resgatando a evolução dos entendimentos sobre o termo, e os significados e discursos sobre raça construídos em nossa sociedade.

Houve momentos na história da humanidade nos quais defendia-se a existência de raças de seres humanos, recorrendo-se a um paralelo com a taxonomia (classificação biológica), em um discurso de enquadramento eurocêntrico, determinista e hierárquico. A frenologia (atualmente classificada como pseudociência) buscava nas medidas dos crânios humanos explicativas para determinar a raça e origem dos indivíduos (BOVE, 2020), como ilustrado na Figura 14.

**Figura 14 – Ilustrações de estudos da frenologia (pseudociência)**



Fonte: <http://www.historyofphrenology.org.uk/>, Acesso em 11-08-2022

Essa narrativa disfarçada de cientificismo respaldou durante muito tempo estruturas colonialistas e escravistas<sup>44</sup>, assim como a ordem social e a

---

<sup>44</sup>[...] "raça" era um modo de classificação ligado especificamente aos povos em situação colonial. Ele subsumia uma crescente ideologia de desigualdade concebida para racionalizar as atitudes e o tratamento europeus aos povos conquistados e escravizados. Os defensores da escravidão, em particular durante o século 19, usaram "raça" para justificar a manutenção da escravidão. A ideologia ampliou as diferenças entre europeus, africanos e povos indígenas, estabelecendo uma hierarquia rígida de categorias socialmente exclusivas, destacou e reforçou diferenças desiguais de posição e status, e embasou a racionalização de que a desigualdade era natural ou dada por Deus. Os diferentes traços físicos de afro-americanos e índios tornaram-se marcadores ou símbolos de suas diferenças de status.". **Tradução livre da autora:** [...] "race"

dominação de certos grupos por outros. É importante registrar a pertinência também econômica dessas opressões, uma vez que “um escravizado trabalhando na plantação, na colônia, chegava a ser até 130 vezes mais lucrativo para a Inglaterra do que um inglês trabalhando no próprio país.” (WILLIAMS, 1994, p. 252). Assim, o olhar europeu transformou os não europeus em um diferente e, muitas vezes ameaçador, outro (SAID e BUENO, 2001, p. 19). Segundo Maria Aparecida da Silva Bento, referência brasileira sobre o impacto do racismo nas relações sociais e de trabalho:

O discurso europeu sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa. (BENTO, 2022, p. 18)

Com a evolução da ciência, comprovou-se que não há fatores genéticos ou diferenças biológicas que determinem a existência de raças entre os seres humanos, existindo apenas uma única espécie: o *Homo sapiens*. Estudos do DNA humano demonstraram que há mais variações nas sequências base entre indivíduos de um mesmo suposto ‘grupo racial’ do que entre indivíduos de grupos distintos (AAA, 1998). Assim, a ideia de ‘raça’ carrega muito mais significados socialmente projetados do que meras diferenças físicas.

Por outro lado, apesar de comprovado que raças humanas não existem, o racismo é um fenômeno muito real e estruturalmente impregnado em nossa

---

*was a mode of classification linked specifically to peoples in the colonial situation. It subsumed a growing ideology of inequality devised to rationalize European attitudes and treatment of the conquered and enslaved peoples. Proponents of slavery in particular during the 19th century used "race" to justify the retention of slavery. The ideology magnified the differences among Europeans, Africans, and Indians, established a rigid hierarchy of socially exclusive categories underscored and bolstered unequal rank and status differences, and provided the rationalization that the inequality was natural or God-given. The different physical traits of African-Americans and Indians became markers or symbols of their status differences. (AAA, 1998)*

sociedade. Igualmente ao sexismo (e outras formas de opressão), ele coloca o sujeito privilegiado/hegemônico – que, nesse caso, se entende como ‘branco’ – como a regra e marca todos os sujeitos dissonantes. O sociólogo Guerreiro Ramos diz:

Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. E, de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos, de "problema do negro". (RAMOS, 1995, p. 192)

Cida Bento (como ela própria se autodenomina) sugere, em seu livro *O pacto da branquitude*, uma operação inversa a fim de demonstrar como opera a discriminação racial: a racialização das pessoas brancas. Segundo a autora, há um pacto narcísico velado entre os brancos (às vezes consciente, mas muitas vezes inconsciente) em prol da manutenção de seus privilégios históricos, da autopreservação e da predileção por seus semelhantes, como se o diferente os ameaçasse enquanto o normal e universal: “esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele.” (BENTO, 2022, p. 12). A proposta de classificar esse comportamento sob a mesma ótica universalizante aplicada pelos brancos aos demais, generalizando-os no guarda-chuva denominado ‘branquitude’, é um exercício didático para ilustrar o racismo:

Ou seja, trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os "outros" racializados, os considerados "grupos étnicos" ou os "movimentos identitários" para o centro, onde foi colocado o branco, o "universal", e a partir de onde se construiu a noção de "raça". (BENTO, 2022, p. 9)

Cida Bento exemplifica a naturalização da branquitude, utilizando como exemplo as capas de revista de uma banca de jornal e a larga predominância de

peessoas brancas nelas retratadas. Essa “cota 100% branca”, construída silenciosamente ao longo de séculos de opressão contra negros e indígenas é raramente questionada pelos brancos, mas assim que eles visualizam um periódico com imagens exclusivamente de negros em suas páginas, reagem contrariamente: “racismo às avessas! Uma revista só para negros?” (BENTO, 2005).

Ironicamente, os homens brancos são a maior parcela dos fervorosos defensores da meritocracia e os que mais se incomodam com propostas de ações afirmativas, alegando que todos os seres humanos devem ser tratados de forma isonômica. No entanto, quando as estruturas dominantes e tão entranhadas os favorecem, esse posicionamento crítico é seletivamente deixado de lado.

Paradoxalmente, a existência de um discurso racial se faz necessária – única e exclusivamente – no contexto da pauta antirracista. Como defendido pelo sociólogo Antonio Guimarães: “Na dialética da dominação e da resistência, a raça é construída para oprimir, mas não pode ser combatida a não ser pela raça construída para resistir.”(GUIMARÃES, 2012, p. 15). Tanto a branquitude como a negritude<sup>45</sup>, entre outros, são ferramentas discursivas para exemplificar em caráter provisório e para fins emancipatórios as opressões e os privilégios socialmente estabelecidos a partir de critérios físicos.

Assim, uma aplicação abstrata do conceito de raça se torna imprescindível, por exemplo, em pesquisas demográficas e levantamentos estatísticos como subsídio para políticas públicas de reparação. Para a

---

<sup>45</sup> Sobre ambos, recomenda-se enfaticamente a leitura do capítulo “*The souls of white folk*” (DU BOIS, 1999).



promotora de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, Livia Santana Vaz:

Se os dados estatísticos seguem demonstrando que a raça figura como fator que condiciona o acesso das pessoas aos direitos fundamentais, o Direito deve continuar pautando a questão racial como mecanismos de reconhecimento das desigualdades e de proteção e promoção dos direitos dos grupos racialmente vulnerabilizados. (VAZ, 2018)

Conforme ilustrado na Figura 15, os Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizados desde 1872 (ou seja, 16 anos antes do fim da escravidão no Brasil), as opções de resposta para as perguntas sobre **cor/raça** (designação oficial do Instituto para a categoria) evoluíram – e às vezes involuíram – com o passar dos tempos, mas atualmente se dividem em: **branca, preta, amarela, parda ou indígena**. Essa divisão foi objeto de estudo da *Pesquisa das Características Étnico-Raciais da População – PCERP*<sup>46</sup> (IBGE, 2008), para o aprimoramento do sistema de classificação étnico-racial utilizado nos diversos levantamentos populacionais do Instituto.

Somente em 1991, com a inclusão da categoria ‘indígena’, a delimitação do IBGE passou a ser denominada ‘raça/cor’, sendo até então designada apenas como ‘cor’. Essa inclusão, segundo Gabriel Gomes, foi reflexo da constituição de 1988 (GOMES, 2021, p. 80). Sobre as intersecções entre o conceito de cor e raça, o jurista Fabiano Augusto Martins Silveira esclarece:

A partícula cor exerce, do ponto de vista legal, como elemento normativo dos crimes de racismo, a mesma função da raça, isto é, particularizar aqueles agrupamentos humanos corados pelo preconceito e discriminação (as pessoas de cor), ligando-se aos referidos conectores. Há, entre raça e cor, uma relação de especialidade, um plus, revelando que o legislador preferiu a

---

<sup>46</sup> Estudo realizado com a contribuição de organizações do movimento negro, instituições de pesquisa, organizações não governamentais que trabalham com questões relativas às nações indígenas e secretarias estaduais, além de pesquisadores e técnicos do próprio IBGE (IBGE, 2008, p. 17).

abundância à escassez. O máximo que se pode afirmar é que a expressão “preconceito de cor” é utilizada, no senso comum, mais especificamente, para designar o preconceito dirigido à população afrodescendente, ou seja, como elemento caracterizador de uma manifestação particular do racismo, ainda que a expressão “preconceito de raça” seja potencialmente mais abrangente. (SILVEIRA, 2007, p. 88)

O levantamento racial do IBGE é de caráter auto declaratório e não há opções de respostas abertas ou possibilidade de não enquadramento nas alternativas apresentadas. Como toda discussão pós-estrutural que tange subjetividades e coletividades, há dissonâncias sobre a interpretação de cada categoria (confirmando as suas instabilidades) e desvios na própria coleta dos dados, como a chamada “afroconveniência”<sup>47</sup> ou a “branquitude auto-invisibilizante”<sup>48</sup>.

Para a autora do livro *Quem é negra/o no Brasil?*, Najara Lopes (2020, p. 39), dentre as maiores ambiguidades da classificação racial brasileira, certamente está a questão do pardo. Objeto de disputa, a categoria representa uma área cinzenta por vezes assimilada pelos brancos: a “elite intelectual dominante ao eleger o mulato como símbolo de brasilidade e sustentáculo da democracia racial”<sup>49</sup>, estabelece o primeiro degrau na escala daquilo que chama

---

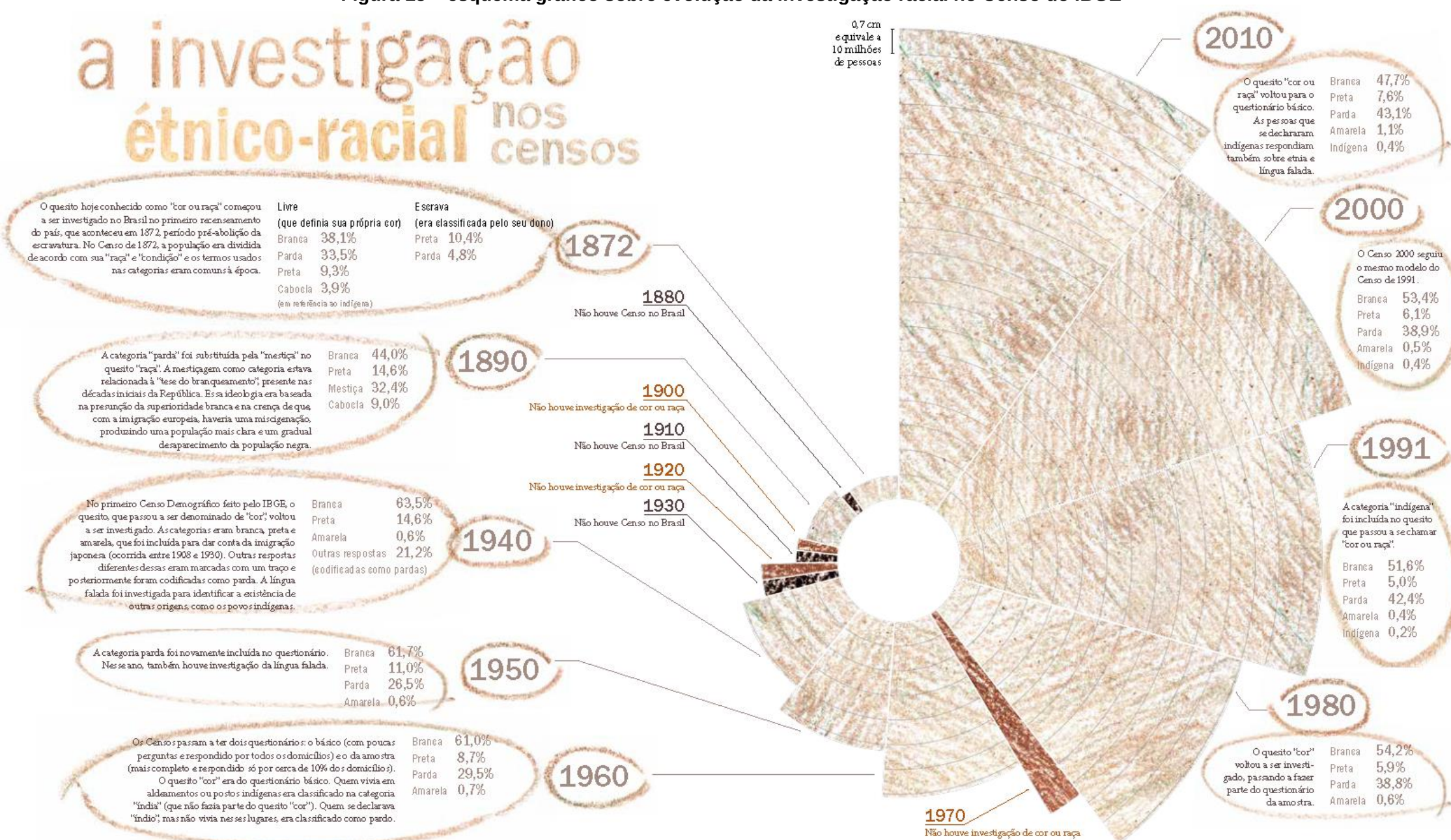
<sup>47</sup> Para a promotora Lívia Vaz “a autodeclaração é um instrumento de fundamental importância para o sentimento de pertencimento do indivíduo, mas não deve ser considerada um critério absoluto no âmbito das ações afirmativas raciais. Para evitar a chamada “afroconveniência”, ou seja, quando uma pessoa se declara preta ou parda somente para conseguir algum benefício social, a promotora defende que as comissões de verificação são uma etapa necessária na consolidação da política de cotas raciais.” (GOMES, Irene e MARLI, 2018, p. 17)

<sup>48</sup> Segundo a autora do livro *Interseccionalidade*, Carla Akotirene, “O branco LGBT, a mulher dita ocidental, a classe trabalhadora e o brasileiro mestiço, jamais declaram que são brancos no Brasil, e deixam de analisar a branquitude auto-invisibilizante para se travestirem ora de não-binários, ora somente de humanos, tendo em vista, biologicamente, raça inexistir.” (AKOTIRENE, 2019, p. 25).

<sup>49</sup> “Gabriel Gomes explica que o conceito de democracia racial “erigiu-se no Brasil a partir de especulações, com o apoio das chamadas ciências históricas, e refletia determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, e que desfrutam de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas. Ideologia esta formulada por Gilberto Freyre [...] como se pudesse haver um luso-tropicalismo, onde a ideia de um Brasil sem raças e problemas raciais pudesse florescer, sem a necessidade de ações compensatórias para com as populações um dia escravizadas e seus descendentes.” (GOMES, 2021, p. 93)

de branquificação sistemática do povo brasileiro.” (GOMES, 2021, p. 95). Por outro lado, a construção da categoria ‘negro’ como somatório de pretos e pardos foi uma importante conquista da militância negra do Brasil, como descrito por Sueli Carneiro e Thereza Santos no livro *Mulher Negra*: “embora seja mantida a desagregação dos dados recolhidos, tal como eles aparecem nas tabulações elaboradas pelo IBGE, por mulheres negras estará aqui designada a agregação de pretas e pardas” (CARNEIRO e colab., 1985, p. 5).

Figura 15 – esquema gráfico sobre evolução da investigação racial no Censo do IBGE



Fonte: (GOMES e MARLI, 2018)

A permeabilidade do pardo engloba os mais diversos tipos de não brancos, “por supostamente incluir também os grupos indígenas e todas as misturas possíveis no caldo das raças” (GOMES, 2021, p. 101), podendo então ser compreendida enquanto representação dos miscigenados de toda e qualquer ordem.

Em um texto para o Projeto BRA/01/013, “*Combate ao racismo e superação das desigualdades raciais*”, conduzido no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com recursos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o sociólogo Rafael Osório detalha alguns entendimentos sobre a categoria:

Mas quem é pardo? A categoria parda é a dos mestiços, de qualquer tipo resultante da miscigenação das outras quatro categorias raciais “puras” da classificação. Todavia, em virtude das características da composição da população brasileira e da imigração ao longo da história, é lícito assumir que praticamente todos os pardos devem ter ao menos o branco e o preto como ascendentes, pois os índios foram sistematicamente exterminados e empurrados para as fronteiras do território nacional e a imigração asiática foi extremamente concentrada em determinadas áreas. Obviamente, não se exclui a possibilidade de que possam existir mestiços só de brancos com amarelos e/ou indígenas, ou só de negros com esses dois últimos grupos. No entanto, essa é uma probabilidade muito pequena: a esmagadora maioria dos mestiços brasileiros muito provavelmente tem ao menos um preto e um branco entre os seus ascendentes. (OSÓRIO, 2003, p. 30)

Resumidamente, como defendido por Sueli Carneiro em diversas ocasiões, o que determina quem é pardo ou não é o próprio racismo, estando a sua experiência social muito mais próxima dos pretos do que dos brancos. Os corpos no IML (Instituto Médico Legal) não deixam dúvida sobre a categoria. “O que esses jovens sabem pela experiência cotidiana é que **o policial nunca se engana**, sejam eles mais claros ou escuros.” (CARNEIRO, SUELI, 2004, grifo nosso).



É importante registrar, que diferentemente de outros contextos em que o racismo se manifesta a partir da descendência e da origem racial das pessoas, no Brasil o racismo é de marca, ou seja, é postulado a partir de características físicas – ou fenótipo (GOMES, 2021, p. 98).

Sutilezas diferem também o racismo, a discriminação e o preconceito, como explica o economista Mário Theodoro:

O **racismo** é uma ideologia que, em linhas gerais, classifica e hierarquiza indivíduos em função de seu fenótipo, numa escala de valores que tem o modelo branco europeu ariano como o padrão positivo superior e, do outro lado, o modelo negro africano como o padrão inferior. [...] O racismo se desdobra em duas grandes vertentes. A discriminação e o preconceito racial. A **discriminação** é o racismo em ato. [...] O **preconceito** é um fenômeno menos explícito que, ao contrário da discriminação, não consubstancia ato manifesto. [...] O **racismo institucional** pode ser identificado a forma mais sofisticada do preconceito, envolvendo o aparato jurídico-institucional. Atuando no plano macro, o racismo institucional é o principal responsável pela reprodução ampliada da desigualdade no Brasil.(THEODORO, 2013, p. 4–5, grifo nosso)

Último país a abolir a escravidão, o Brasil passou “do paraíso da democracia racial para o desvelamento do racismo em apenas algumas décadas.”(SCHUCMAN, 2012, p. 28) e ainda manifesta profundas sequelas dessa estrutura de dominação no dia a dia da população não branca.

Em 2003, uma pesquisa das Fundações Perseu Abramo e Rosa Luxemburgo constatou que 89% das pessoas entrevistadas reconheciam que existia racismo no Brasil (FPA e FRL, 2003, p. 33), porém 96% negaram ser preconceituosos em relação aos negros (FPA e FRL, 2003, p. 41).

### 2.3.5. Deficiência

Assim como os termos utilizados para denotar a cor da pele – pretos, afro-americanos, negros, mestiços – são frequentemente produzidos por uma sociedade incapaz de compreender o 'branco' como uma tonalidade e não como um ideal, igualmente as denominações 'deficientes', 'incapazes', 'debilitados', são produtos de uma sociedade investida em negar a variabilidade dos corpos.<sup>50</sup> (DAVIS, 1995, p. XV)

A partir da citação acima de Lennard J. Davis, autor do livro 'Impondo a normalidade: deficiência, surdez e o corpo' (*Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body*), neste ponto será conceituado o marcador 'deficiência' sob uma ótica livre de determinismos e localizada, incluindo apontamentos sobre a evolução dos debates sobre o assunto nas políticas públicas.

Nas últimas décadas, os estudos sobre deficiência têm migrado para além do campo da medicina, da assistência e da fisioterapia e alcançado espaço em estudos sociais, políticos e identitários. Diversos pilares das teorias feministas também se aplicam na compreensão do que se entende por um corpo com deficiência. Rosemarie Garland-Thomson, conceituada pesquisadora da área, elenca os principais pontos de convergência entre ambos (que também se aplica para as demais opressões), observando:

[...] 1) que a representação estrutura a realidade; 2) que as margens definem o centro; 3) que o gênero (ou a deficiência) é um meio de significar relações de poder; 4) que as identidades humanas são múltiplas e instáveis; 5) que toda análise e interpretação tem implicações políticas. (GARLAND-THOMSON, 2002, p. 6)<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Tradução livre da autora: "As coded terms to signify skin color – clack, African-american, negro, colored – are largely produced by a society that fails to characterize 'white' as a hue rather than an ideal, so too the categories 'disabled', 'handicapped', 'impaired', are products of a society invested in denying the variability of the body."

<sup>51</sup> Tradução livre da autora: "[...] 1) that representation structures reality; 2) that the margins define the center; 3) that gender (or disability) is a way of signifying relationships of power; 4) that human identity is multiple and unstable; 5) that all analysis and evaluation have political implications."

Assim, a mesma lógica de opressão que coloca mulheres em desvantagem em oposição aos homens se aplica às pessoas com deficiência (PcD's) pelas suas diferenças em relação ao sujeito normativo. Trata-se de uma operação de significação que situa ambos os corpos (feminino e desabilitado<sup>52</sup>) como desviantes, logo inferiores. O ativista em direitos da pessoa com deficiência e autor do livro “Inclusão: Construindo uma sociedade para todos”, Romeu Kazumi Sassaki, ilustrando um lento processo de desmarginalização das pessoas com deficiência, traça um panorama dos termos utilizados para se referir a esses grupos ao longo do tempo, resumido a seguir:

**Tabela 2 – Trajetória dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência no Brasil.**

<b>época</b>	<b>termos</b>
no começo da história, durante séculos	os inválidos
século 20 até ± 1960	os incapacitados, indivíduos com capacidade residual, os incapazes
de ± 1960 até ± 1980.	os defeituosos, os deficientes, os excepcionais
de 1981 até ± 1987	pessoas deficientes
de ± 1988 até ± 1993	pessoas portadoras de deficiência, portadores de deficiência
de ± 1990 até hoje	pessoas com necessidades especiais <sup>53</sup> , portadores de necessidades especiais, pessoas especiais
de ± 1990 até hoje e além	pessoas com deficiência

Fonte: (SASSAKI, 2013, p. 2)

<sup>52</sup> A terminologia mais adequada para se referir às pessoas com deficiências não é consenso na sociedade e nem na academia, além de ser objeto de variações e apropriações linguísticas entre idiomas e contextos culturais diversos. O termo ‘desabilitado/a’ é adotado neste trabalho como sinônimo de ‘pessoa com deficiência’, em convergência ao seguinte entendimento: “Uma possível tradução do termo *disabled people* [...] aqui no Brasil seria ‘pessoa desabilitada’, a pessoa que não se encontra hábil para algo. Essa tradução implicaria que o indivíduo foi desabilitado por outros, pela sociedade. Ser desabilitado, nesse caso, significa a ausência de treinamentos e condições que pudessem possibilitar estar hábil ou a retirada de condições capazes de permitir o uso de habilidades. Para exemplificar melhor, se alguém está habilitado a dirigir, mas sofre um acidente e tem as pernas amputadas, torna-se desabilitado para dirigir um carro sem adaptação. Entretanto, se a pessoa possuir um carro cujo controle de freios e embreagens passa a ser feito pelas mãos, ela volta a ser habilitada a dirigir. Essa reflexão expressa o pressuposto do modelo social, pois, segundo os precursores do modelo social inglês, é a deficiência na sociedade que desabilita o indivíduo ou um grupo. Ao passo que, se a sociedade for adaptada, o indivíduo continua com o *impairment*, ou seja, com a lesão, mas deixa de ser desabilitado.” (NEPOMUCENO e colab., 2020, p. 9).

<sup>53</sup> “[...] com a vigência da Resolução n° 2 [Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica], o termo “necessidades especiais” passou a ser um valor agregado tanto à pessoa com deficiência quanto a outras pessoas.” (SASSAKI, 2013, p. 2)



Garland-Thomson defende que o que se entende por deficiência é, assim como as demais categorias, fruto de uma construção humana e de um processo de marginalização da vida pública e econômica de algumas corporalidades; e não reflexo de uma enfermidade ou problema físico ou psíquico pessoal. Ela sugere enxergar pessoas com deficiência como corpos extraordinários ao invés de anormais e substituir a noção de patologia pela de identidade. Defende o abandono do modelo simplesmente médico ou biomédico por um outro também e principalmente relacional, denominado ‘modelo social’ (proposta advinda dos movimentos de PcD’s na Inglaterra na década de 1960). No primeiro, pressupõe-se que o impedimento<sup>54</sup> leva à deficiência, enquanto no segundo, que fatores estruturais levam pessoas com impedimentos a experimentarem a deficiência. Trata-se, portanto, de uma situação coletiva de discriminação institucionalizada a pessoas com expressões e condições corpóreas diversas, e não de um problema ou infortúnio individual.

A diferenciação entre impedimento/lesão e deficiência foi conceituada objetiva e politicamente em 1975 em uma reunião entre a União dos Lesionados Físicos Contra a Segregação (*Union of the Physically Impaired Against Segregation* – UPIAS) e a Aliança da Deficiência (*Disability Alliance*) em Londres:

Pessoas com deficiência [*disabled people*] são, portanto, um grupo oprimido na sociedade. Para compreendê-lo, é necessário delimitar a distinção entre o impedimento físico e a sua implicação social, chamada ‘deficiência’, nas pessoas com tais impedimentos. Assim, definimos **impedimento** como a falta completa ou parcial de um membro, ou a posse de um membro, órgão ou mecanismo corporal com defeito; e **deficiência** como a desvantagem ou restrição de atividade causada por uma organização social contemporânea que leva pouco ou nada em conta pessoas com impedimentos, excluindo-as da participação nas atividades sociais convencionais. Assim, deficiência física é

---

<sup>54</sup> Tradução do termo *impairment* na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009).

uma forma específica de opressão social.<sup>55</sup> (UPIAS, 1975, p. 14, grifo nosso)

Em entrevista à professora Débora Diniz (2013, p. 238), o sociólogo e um dos conceituadores do modelo social da deficiência, Colin Barnes, esclarece que a diferenciação entre o conceito de 'impedimento' e o de 'deficiência' não significa que PcD's não possam precisar de cuidados ou que intervenções médicas não sejam muitas vezes necessárias. Ocorre que o próprio entendimento de interdependência é relativo. Nós, seres humanos, vivemos em sociedade e somos todos em algum grau dependentes uns dos outros, quaisquer que sejam as nossas características físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais. As deficiências não precisam ser permanentes para constituírem impedimentos. Praticamente todos teremos alguma doença ou limitação funcional em algum ponto da vida, à medida que envelhecemos. *"Todas as pessoas são, potencialmente, pessoas deficientes, porque o impedimento é uma constante humana, não é peculiar a um segmento da comunidade"*, aponta Barnes (Ibid., 2013, p. 238).

Essa aproximação do que até então se compreendia como deficiência ao envelhecimento e à degeneração; e a argumentação de que em grande parte dos casos ela é causada pela estruturação do sistema econômico vigente foram primeiramente abordados por Paul Abberley (1987) no icônico artigo 'O conceito de Opressão e o Desenvolvimento de uma Teoria Social da Deficiência' (*The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory of Disability*). O

---

<sup>55</sup> Tradução livre da autora: *"Disabled people are therefore an oppressed group in society". To understand this it is necessary to grasp the distinction between the physical impairment and the social situation, called 'disability', of people with such impairment. Thus we define impairment as lacking part of or all of a limb, or having a defective limb, organ or mechanism of the body; and disability as the disadvantage or restriction of activity caused by a contemporary social organisation which takes no or little account of people who have physical impairments and thus excludes them from participation in the mainstream of social activities. Physical disability is therefore a particular form of social oppression."*

autor apresenta dados quantitativos e qualitativos sobre a manifestação de diversas categorias de deficiências no Reino Unido para sustentar que:

1. As pessoas com deficiência são diferentes e heterogêneas, sendo necessário desmistificar o estereótipo desse grupo como formado prioritariamente por jovens cadeirantes, internalizado no imaginário popular a partir do pictograma internacional de acessibilidade<sup>56</sup>. Essa imagem é bem distante da realidade da larga maioria das PcD's.
2. A deficiência é uma consequência das desigualdades do capitalismo, no qual a normatividade é diretamente relacionada à aptidão para a força de trabalho. Nessa perspectiva, o grande 'problema' da deficiência é que ela torna pessoas improdutivas e, por consequência, onerosas.<sup>57</sup>
3. Assim como qualquer outro tipo de opressão, a deficiência se manifesta de formas diferentes em contextos diferentes, principalmente em termos de acesso a recursos materiais e participação na vida pública, sendo um problema de maior escala nos países em desenvolvimento e nas populações mais vulneráveis.

---

<sup>56</sup> Atualizado em 2015 pela ONU para uma versão estilizada do homem vitruviano de Leonardo da Vinci que, com os braços abertos, simboliza a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares. O Projeto de Lei nº 7750/2017, disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1564962&filename=PL%207750/2017](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1564962&filename=PL%207750/2017) e atualmente em tramitação no Congresso Federal, propõe a atualização do símbolo na legislação brasileira de acessibilidade.

<sup>57</sup> Um caso que ilustra essa condição é descrito no Relatório Mundial sobre a Deficiência: *"Uma análise do financiamento dos serviços públicos de saúde na Austrália, por exemplo, revelou que o reembolso aos provedores de serviços médicos não levava em consideração o tempo adicional que costuma ser necessário para prover serviços às pessoas com deficiência; assim, os hospitais que tratavam pacientes com deficiência ficavam em desvantagem num sistema de financiamento que lhes reembolsava uma quantia fixa por paciente"* (OMS, 2012, p. 6)

4. Aproximadamente metade das deficiências são evitáveis ou significativamente reabilitáveis com baixos investimentos, como, por exemplo, a cegueira causada por deficiência de Vitamina A ou a artrite adquirida após anos de trabalhos mecânicos. Lidar com elas ou não é uma decisão fundamentalmente política.
5. É preciso desassociar a deficiência a uma situação excepcional. Ela é uma realidade para um número significativo e relevante de pessoas e é parte intrínseca do processo de envelhecimento, e tende a se expandir com o passar dos anos.<sup>58</sup>
6. A deficiência é inevitavelmente uma questão política e deve ser objeto, em termos ideológicos e materiais, de políticas de bem-estar social e saúde pública como uma condição de transformação das vidas das pessoas vítimas dessa forma de opressão.

Abberly busca ao longo de todo o texto paralelos dos estudos sobre deficiências com os fundamentos sobre inequidades de gênero e raça, mas admite a defasagem teórica do campo em relação aos demais, à época. A partir da adoção do modelo social, segundo ele, seria possível compreender a deficiência de uma forma mais assertiva:

Embora as implicações políticas de tal análise sejam evidentes, as suas consequências conceituais são igualmente profundas, considerando que a noção da deficiência como uma opressão nos permite não mais subestimá-la e passar a enquadrá-la como uma área de estudos sociais conceitualmente coerente e

---

<sup>58</sup> “Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, dentre os quais cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Nos próximos anos, a deficiência será uma preocupação ainda maior porque sua incidência tem aumentado. Isto se deve ao envelhecimento das populações e ao risco maior de deficiência na população de mais idade, bem como ao aumento global de doenças crônicas tais como diabetes, doenças cardiovasculares, câncer e distúrbios mentais.” (OMS, 2012, p. XI)

completa; além de nos possibilitar a correção dos resultados de tal miopia teórica.<sup>59</sup> (ABBERLEY, 1987, p. 5)

Quase duas décadas após a difusão do modelo social da deficiência, uma tensão com o movimento feminista trouxe uma nova camada de complexidade ao debate. Mesmo associando o capitalismo à origem da opressão das pessoas com deficiência, o modelo social acabou por disseminar uma proposta emancipatória de caráter liberal: a da igualdade pela independência, autonomia e produtividade.

Nessa lógica, ao eliminarem-se as barreiras à participação das pessoas com deficiência na sociedade, elas seriam alçadas à categoria de cidadãos/as funcionais. Como consequência, haveria uma reinserção dessas pessoas também na força de trabalho (remunerado), deixando de lado um debate necessário sobre a divisão e a naturalização dos cuidados.

Por serem em sua maioria homens e portadores de lesão medular, os primeiros teóricos do modelo social desconsideraram que alguns tipos de deficiência requerem cuidados permanentes, e que a responsabilidade por esses cuidados é socialmente atribuída às mulheres e à vida privada.

A partir das contribuições teóricas antissexistas, foi possível então compreender que a busca pela inclusão não deveria significar somente o atingimento da autonomia dessas pessoas, mas também a incorporação do cuidado, devidamente compartilhado, como uma parte da vida em sociedade e uma responsabilidade estatal. *“A deficiência por si só demanda que a*

---

<sup>59</sup> Tradução livre da autora: *“While the political implications of such an analysis are apparent, the conceptual consequences are also profound, since such a notion of disability as oppression allows us to organise together into a coherent conceptual whole heretofor isolated and disparate area of social research, and potentially to correct the results of such theoretical myopia.”* (ABBERLEY, 1987, p. 17)

*interdependência humana e a necessidade universal por assistência sejam desmistificados nos debates sobre direitos e subjetividades*”<sup>60</sup> (GARLAND-THOMSON, 2002, p. 17). Débora Diniz ressalta o papel do feminismo nesse processo de intersecção de projetos de libertação:

Com o argumento de que todas as pessoas são dependentes em diferentes momentos da vida, seja na infância, na velhice ou na experiência de doenças [ou barreiras], um grupo de feministas introduziu a ideia da igualdade pela interdependência como um princípio mais adequado à reflexão sobre questões de justiça para a deficiência. (DINIZ, 2007, p. 57)

Barreiras – Using the social model as a basis for explanation, disabled people have been drawing attention to the real problems of disability: the barriers they face; the patronizing attitude they have to deal with; the low expectations that are invested in them; and the limited options available to them (Swain et al., 2003, p.24)

Capacitismo

Totalidade – corpos inteiros

Acessibilidade X inclusão

Na arquitetura

**Figura 16 – Ilustração sobre os conceitos de ‘acessível’ e ‘universal’**

---

<sup>60</sup> Tradução livre da autora: “Disability itself demands that human interdependence and the universal need for assistance be figured into our dialogues about rights and subjectivity”.



Fonte: (ALVAREZ e CAMISÃO, 2007, p. 8)

## 2.4. Interseccionalidade

Após o detalhamento dos marcadores que serão abordados nesta pesquisa – gênero, raça e deficiência – é necessário compreender como interrelacioná-los para comprovar qualitativa e quantitativamente as inequidades entre o sujeito normativo e os corpos desviantes.

Historicamente construída em contextos que interrelacionam gênero e raça ou gênero e classe, a interseccionalidade não exclui outros sistemas de subordinação, pelo contrário, defende que as dimensões que conformam a identidade são diversas e interdependentes, estruturando-se umas às outras de forma não hierárquica.

Assim, a superação das desigualdades geradas pela histórica hegemonia heterocisnormativa e masculina exige igualmente a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como o racismo (CARNEIRO, 2011, p. 2) e o capacitismo.

[...] uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de

muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos. (BIROLI e MIGUEL, 2015, p. 27)

Apesar de pincelado por diversas autoras, principalmente no bojo do feminismo negro, a sistematização do conceito de interseccionalidade é atribuída à jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw que, a partir de seu estudo *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex* (1989) tem se dedicado a compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação.

A construção do termo pela autora se dá no campo jurídico, inicialmente a partir da observação de três estudos de caso: *DeGraffenreid versus General Motors*, *Moore versus Hughes Helicopter* e *Payne versus Travenol*. No caso da General Motors, um grupo de mulheres afro-americanas moveu uma ação contra a empresa, em razão da não oferta de oportunidades de emprego para elas. De fato, havia vagas para homens negros nas linhas de montagem e para mulheres brancas como secretárias, mas não para mulheres negras, que não se enquadravam nos requisitos de nenhuma das lotações.

No processo, ficou clara a incapacidade do tribunal de compreender a opressão mista que as mulheres haviam sofrido, de caráter simultaneamente sexista e racista. A orientação da corte foi de que se desmembrasse o processo em duas vertentes: uma que comprovasse que a GM tivesse praticado discriminação racial e outra discriminação de gênero. Em ambos os casos a fábrica saiu impune, pois foi capaz de provar que em seu corpo funcional havia funcionários negros e mulheres. Ademais, ao alegar que analisando-se os dois vieses simultaneamente conferir-se-ia privilégios às mulheres negras, a corte desconsiderou que na verdade a própria necessidade dessa combinação era,



pelo contrário, reflexo de uma intersecção de vulnerabilidades à qual os homens negros e as mulheres brancas não estavam sujeitos. Crenshaw, a partir dessas análises, conclui:

Como a experiência interseccional é maior do que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres negras são sujeitas à subordinação. Assim, para que a teoria feminista e o discurso político antirracista abracem as experiências e preocupações das mulheres negras, todo o arcabouço que tem sido usado como base para traduzir a "experiência das mulheres" ou "a experiência negra" em demandas políticas concretas deve ser repensado e reformulado.<sup>61</sup> (CRENSHAW, 1989, p. 140)

A definição mais clara do conceito de interseccionalidade é formulada por Crenshaw após a sua participação na III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada em Durban em 2001, quando ela o descreve metaforicamente por meio da analogia a uma intersecção de avenidas, ou “eixos de poder”. Segundo ela, quanto maior o número de eixos sobrepostos, mais vulnerabilizados são os sujeitos que figuram nos seus cruzamentos. (2002, p. 177). O arcabouço legal até então existente seria como uma ambulância que aparece para tratar esses sujeitos apenas se eles comprovarem que foram atropelados em uma rua ou na outra, e não na intersecção de mais de uma delas (CRENSHAW, 2016).

**Figura 1 – esquema gráfico da interseccionalidade:  
analogia com cruzamento de vias**

---

<sup>61</sup> Tradução livre da autora: “Because the intersectional experience is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which Black women are subordinated. Thus, for feminist theory and antiracist policy discourse to embrace the experiences and concerns of Black women, the entire framework that has been used as a basis for translating “women’s experience” or “the Black experience” into concrete policy demands must be rethought and recast.”



**Fonte:** (CRENSHAW, 2004, p. 11)

Outros conceitos importantes formatados pela autora são os da subinclusão e a superinclusão. No primeiro, a experiência de um grupo de mulheres não é considerada como um problema de gênero por não ser uma questão comum a todas as mulheres, ou a experiência das mulheres racializadas não é considerada um problema racial por não afetar os homens do mesmo grupo.

Na superinclusão, por outro lado, ocorre um mecanismo oposto: um problema específico de um subgrupo é tratado como uma pauta do grupo como um todo, e as especificidades de sujeitos que os tornam mais suscetíveis a essas opressões são desconsideradas. “Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto que, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível.” (CRENSHAW, 2002, p. 176). A teoria interseccional é, portanto, uma chave analítica complexa que se contrapõe ao pensamento fragmentado e à hierarquização dos sistemas de opressão, estabelecendo pontes com perspectivas pós-estruturalistas e desconstrucionistas (RODRIGUES, 2013, p. 10).

Diversas críticas ao conceito de interseccionalidade tensionam o seu caráter liberal, enquanto abordagem que desconsidera as influências de estruturas coloniais e imperialistas da sociedade na própria conceituação da subordinação. Para pensadoras como a socióloga afro-dominicana Ochy Curiel, *“quando entendemos o sistema mundo colonial, todas essas opressões são produzidas pelos sistemas de opressão (...) Quem produziu a negra? Teríamos que nos perguntar, em uma proposta política de transformação.”* (TEIXEIRA e colab., 2017, p. 116). Sob esse viés, o próprio conceito de gênero seria racializado e fruto de uma ótica eurocêntrica. De acordo com Carla Akotirene, *“é por estar afastada da complexidade analítica do projeto decolonial que a interseccionalidade serve às tentativas salvacionistas do feminismo ocidental”* (AKOTIRENE, 2019, p. 63).

Para a própria Akotirene, no entanto, assim como para Angela Davis e Patricia Hill Collins, as contradições do próprio conceito não o invalidam, desde que ele seja estruturado e operacionalizado muito mais enquanto práxis crítica e projeto político de resistência, do que somente como teoria ou chave analítica.

A violência não é apenas a cola conceitual que une múltiplos sistemas de poder, mas, como uma constelação de ideias e práticas dinâmicas, é essencial para organizar e administrar a dominação política. (...) No entanto, as análises interseccionais, por si só, pouco provavelmente produzirão soluções políticas mais eficazes para a violência. A análise é importante, mas a ação também importa.<sup>62</sup> (COLLINS, 2017, p. 1466–1467)

Para Ângela Davis (2018, p. 33) se, por um lado, a interseccionalidade denuncia a tripla discriminação imposta às mulheres negras, ela também legitima

---

<sup>62</sup> Tradução livre da autora: Violence is not only the conceptual glue that joins multiple systems of power, but, as a constellation of dynamic ideas and practices, violence is essential to organizing and managing political domination. (...) Yet intersectional analyses, on their own, are unlikely to yield more effective political solutions to violence. Analysis is important, yet action also matters.

o direito moderno, que encarcera em massa homens negros, como garantia de justiça para essas mulheres. Segundo a autora, mais importante e urgente do que pensar na interseccionalidade das identidades seria pensar na interseccionalidade das lutas por justiça social para além das fronteiras do Estado-nação, estabelecendo conexões estruturais para um projeto emancipatório de mundo.

Para Hill Collins (2017, p. 1469), tanto a "solidariedade flexível" do feminismo negro, pela qual ativistas escolhem momentos estratégicos para se relacionar com outras pautas e trazer lutas de raça e gênero de dentro para fora, como o conceito de transversalidade nas políticas públicas, constituem iniciativas antiviolação de aplicação da interseccionalidade mais reais e efetivas no bojo da contemporaneidade.

Para a própria Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade não pretende ser exaustiva e pode vir a ser reformulada ou até mesmo invalidada. Mais uma vez, assim como com os conceitos de gênero, raça e deficiência, a noção do termo não se esgota no vocabulário científico dominante, e é intrinsicamente composta de contradições.

A interseccionalidade enfrenta um dilema específico de conceituação – ela participa das próprias relações de poder que examina e, como resultado, deve prestar atenção especial às condições que tornam compreensíveis as suas reivindicações de conhecimento. Como a análise das relações entre conhecimento e poder é o bastião tradicional da sociologia do saber, esse campo fornece um vocabulário teórico importante para conceituar a interseccionalidade como simultaneamente reflexo e estruturadora das relações de poder que a abrigam. Uma estrutura de sociologia do pensamento sugere que o conhecimento – incluindo aquele destinado a uma melhor

compreensão da interseccionalidade – é socialmente construído e transmitido, legitimado e reproduzido<sup>63</sup> (COLLINS, 2015, p. 3).

Para além das limitações epistemológicas e da instabilidade do conceito, é também necessário contextualizá-lo e verificar a sua aplicabilidade, tal qual cunhado por autoras de outras localidades, às especificidades históricas e sócio-culturais brasileiras. Não obstante a sua fluidez e o seu caráter exógeno, ele parece ainda ser um importante aliado no abandono da ideia de um sujeito supostamente neutro dentro de uma modernidade epistêmica e eurocêntrica (BERNARDINO-COSTA e GROSFOGUEL, 2016, p. 18–19).

Finalmente, para a aplicação da proposta interseccional de forma coerente com os seus princípios, é necessária uma abordagem de baixo para cima (CRENSHAW, 1989, p. 167), ou seja, priorizando a inclusão de grupos com as maiores intersecções de marcadores de diferença.

Dessa forma, é importante apropriar-se da interseccionalidade enquanto chave para trazer ao centro o entrelaçamento de opressões dos grupos deixados às margens e, a partir de suas perspectivas, produzir leituras de mundo mais assertivas. É preciso registrar que uma leitura interseccional não subentende a existência de um grupo único invariável mais sujeito a opressões do que os demais, mas presume que em cada dimensão há visões mais ou menos distorcidas a serem referenciadas na produção do conhecimento e na promoção da justiça social.

---

<sup>63</sup> Tradução livre da autora: *“Intersectionality faces a particular definitional dilemma – it participates in the very power relations that it examines and, as a result, must pay special attention to the conditions that make its knowledge claims comprehensible. Because analyzing the relations between knowledge and power is the traditional bailiwick of the sociology of knowledge, this field provides important theoretical vocabulary for conceptualizing intersectionality as both reflecting and shaping the power relations that house it. A sociology of knowledge framework suggests that knowledge – including knowledge aimed at better understanding intersectionality – is socially constructed and transmitted, legitimated, and reproduced.”*

Em diferentes contextos discursivos, mas complementares (o primeiro interseccional, o segundo epistemológico), Kimberlé Crenshaw e Sandra Harding, convergem no entendimento de que tanto a ciência como as políticas públicas serão menos parciais e mais inclusivas ao considerarem a perspectiva dos grupos mais vulnerabilizados, em contraponto à do grupo dominante. Segundo Harding (1993, p. 50), é necessário “começar pelas vidas marginalizadas”<sup>64</sup>. “Quando elas entrarem, todos nós entraremos”<sup>65</sup>, defende Crenshaw (1989, p. 167).

### 3. ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1. Metodologia

No desenvolvimento da pesquisa, no entanto, a impossibilidade de se abarcar as infinitas combinações e relações entre as múltiplas categorias identitárias, fez com que se optasse por alguns recortes na tabulação de cada dimensão, a partir de perguntas investigativas e hipóteses definidas a priori. Para a proposição de indicadores a serem mensurados para a aferição da efetividade das políticas afirmativas do conselho, pretende-se abordar a matéria sob uma nova perspectiva: a não hierarquização das intersecções.

Assim, sugere-se a análise, para cada dimensão, das inequidades entre pessoas que não fazem parte de nenhum grupo vulnerabilizado (0) e as pessoas que fazem parte de (1), (2) ou (3) grupos simultaneamente, conforme ilustrado na Figura 10, sem distinção desses grupos. Como base de dados, será adotado

---

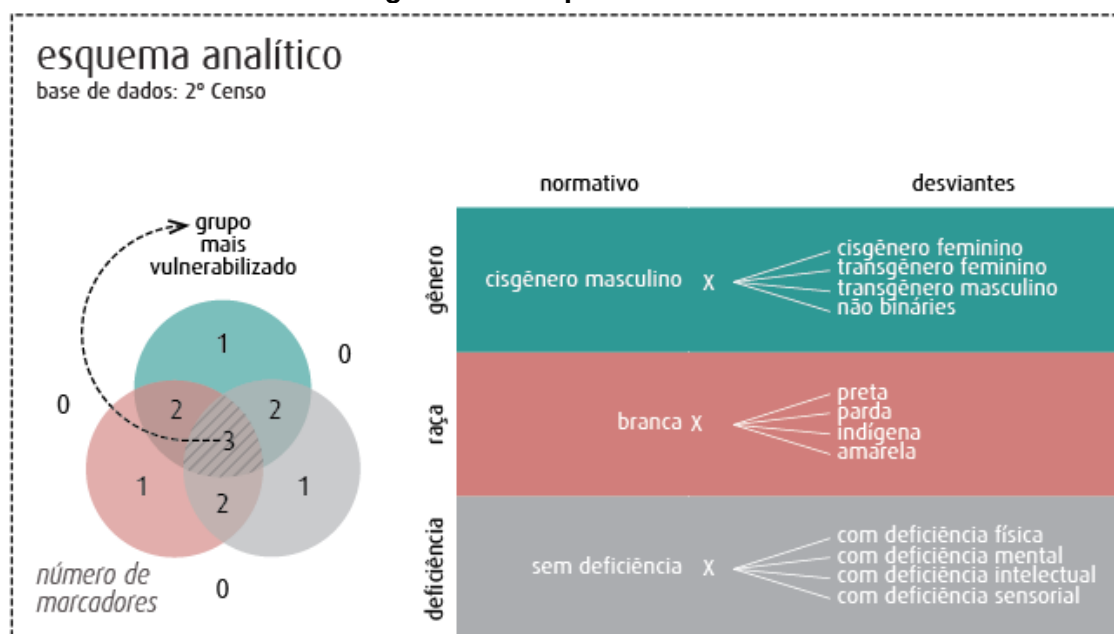
<sup>64</sup> Tradução livre da autora: “*Start thought from marginalized lives*”

<sup>65</sup> Tradução livre da autora: “*When they enter, we all enter.*”

o 2º Censo dos Arquitetos e Urbanistas<sup>66</sup> e como recorte analítico, os três campos inseridos na pesquisa entre a sua primeira e segunda edição, a saber: gênero, raça e deficiência.

Espera-se que essa abordagem comprove ou pelo menos problematize que, quanto mais intersecções de características não normativas um grupo tiver, independente da categoria analítica, maior será a lacuna entre as suas condições de acesso e permanência na profissão e as de grupos hegemônicos.

**Figura 11 – esquema analítico**



Fonte: autora

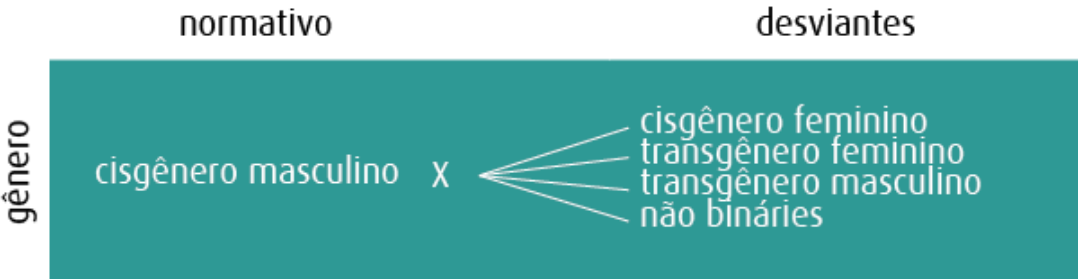
No 2º Censo dos Arquitetos e das Arquitetas e Urbanistas 2020, informações sobre o gênero dos respondentes foram coletadas por meio da pergunta: “Com qual gênero se identifica?”, com as seguintes opções de resposta: [1] Mulher Cisgênero; [2] Mulher Transgênero; [3] Homem Cisgênero; [4] Homem Transgênero; [5] Não-Binário; e [6] Prefiro não informar. Também foi

<sup>66</sup> Pesquisa optativa realizada entre fevereiro e junho de 2020, que contou com a participação de mais de 45.000 dos aproximadamente 180.000 arquitetos e urbanistas em atividade no país.

possível anular a resposta no sistema. É visível que esse tópico carece de melhorias, pelo menos acrescentando-se a opção ‘outro(a)’ para incluir pessoas que não se identificam com as opções disponíveis, mas para a análise das inequidades serão consideradas as informações coletadas tal qual estruturadas no questionário inicial.

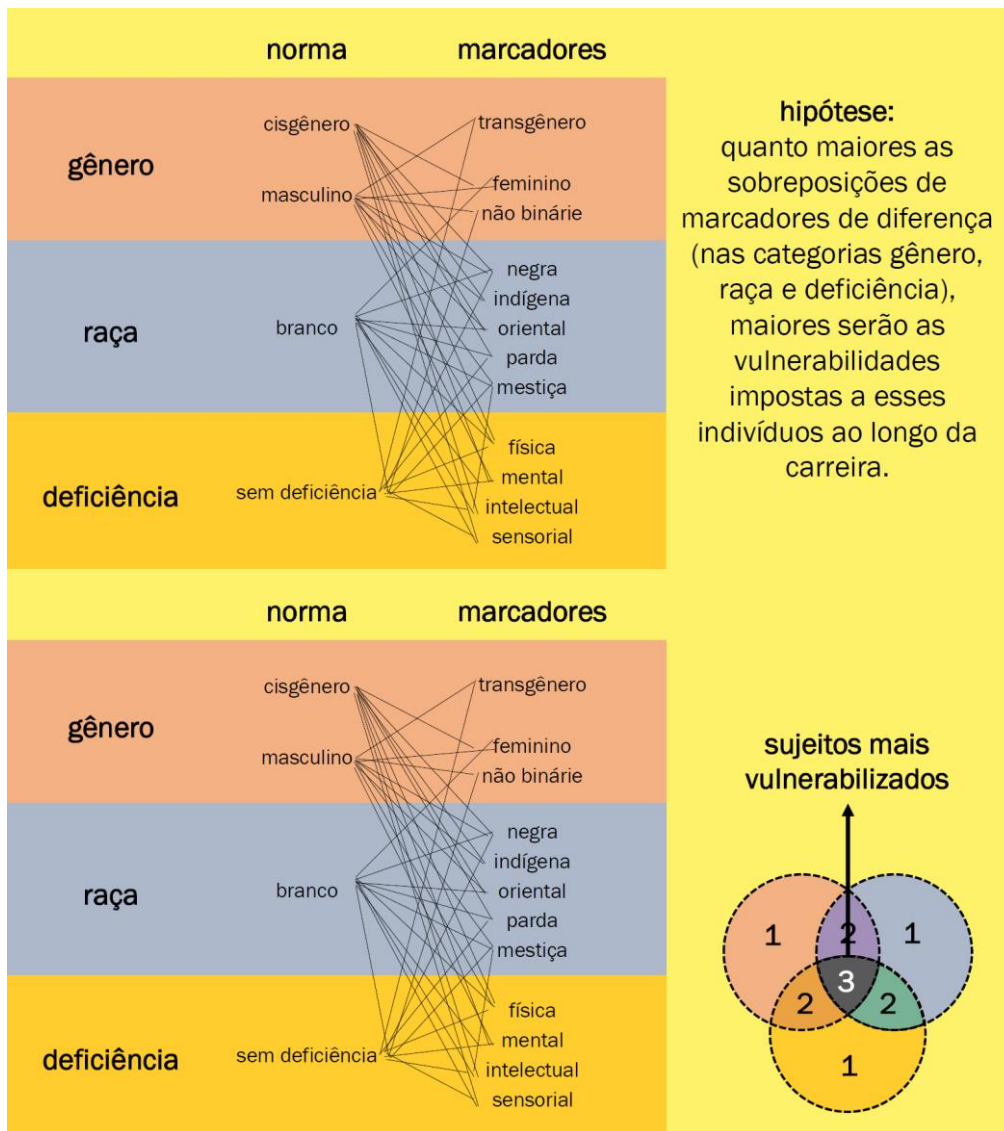
Isso posto, a hipótese que se pretende confirmar a partir da tabulação dos dados do 2º Censo é que, na categoria ‘gênero’, os homens cis seriam os sujeitos normativos (privilegiados) no exercício profissional, enquanto os demais seriam os sujeitos desviantes (não normativos), ou seja, com maiores obstáculos para o acesso e a permanência na profissão, conforme ilustrado na Figura 2.

**Figura 17 – sujeito normativo e desviantes na categoria ‘gênero’.**



	norma	marcadores	correções futuras
<b>gênero</b>	cigênero masculino	transgênero feminino não binárie	agênero travesti outro
<b>raça</b>	branco	negra indígena oriental parda mestiça	preta amarela
<b>deficiência</b>	sem deficiência	física mental intelectual sensorial	dificuldade de visão dificuldade de audição dificuldade de mobilidade dificuldade de cognição (memória) dificuldade de cuidados pessoais dificuldade de comunicação





Scholars have expressed concern that repeatedly documenting inequalities, even in finer intersectional detail, can serve to reinforce ideas of inherent differences between groups rather than to point towards actionable solutions

### 3.2. Meu lugar de fala

Falar de gênero, ok. De raça, estudei. De deficiência, nunca me atentei. Meu irmão.

**People with disabilities routinely announce that they do not consider themselves as disabled. Although they are often repudiating the literal meaning of the word disabled, their words nevertheless serve to disassociate them from the identity group of the disabled.** (GARLAND-THOMSON, 2002, p. 22)

Hoje, para se realizar uma pesquisa na área da psicologia social crítica é condição *sine qua non* que o investigador saiba o lugar social e subjetivo de onde age, fala, observa e escreve. (SCHUCMAN, 2012, p. 25)

When empirical work that claims to be using intersectionality fails to consider the epistemological assumptions of its own practice, such work can unwittingly uphold the same complex social inequalities that it aims to understand. Proceeding as though intersectionality, as much as any other theoretical framework, is already a social theory that can be used and critiqued within prevailing academic norms misreads this field. HILL COLLINS, INTERSECTIONALITY'S DEFINITIONAL DILEMMAS, P. 14.

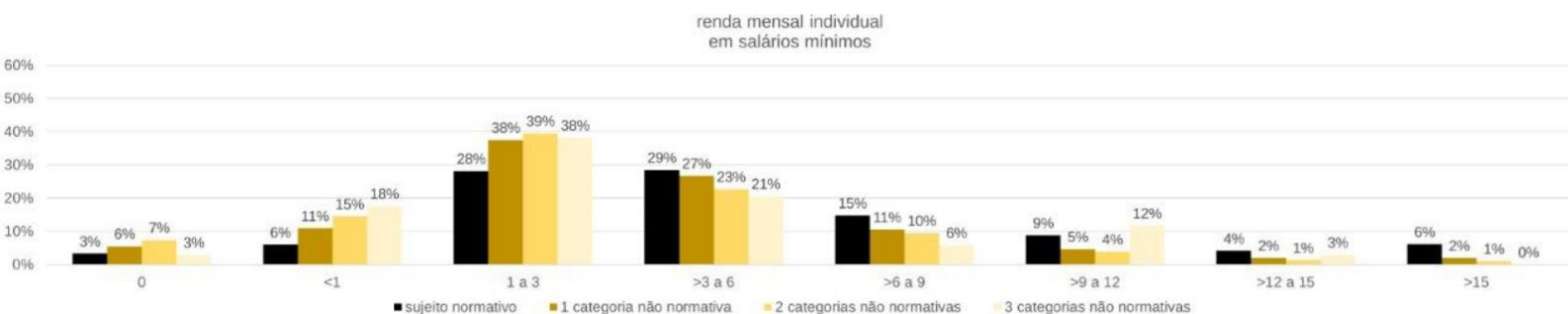
Muito se fala sobre como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de que há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis eurobranco a calar-se para pensar melhor antes de falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é porque ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida;<sup>53</sup> e estão também desautorizando a ficção segundo a qual partimos todas de uma posição comum de acesso à fala e à escuta. Jota Mombaça, no artigo "Notas

estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala” 52,

### 3.3. Recortes temáticos

#### 3.3.1. Dados pessoais

#### 3.3.2. Renda



#### 3.3.3. Formação

#### 3.3.4. Hábitos/insumos

#### 3.3.5. Trabalho

#### 3.3.6. Política

## CONCLUSÕES

#### 4.1. Coleta dos dados

#### 4.2. Periodicidade

#### 4.3. Perguntas

#### 4.4. Indicadores

## BIBLIOGRAFIA

ABBERLEY, Paul. **The concept of oppression and the development of a social theory of disability**. Disability, handicap & society, v. 2, n. 1, p. 5–19, 1987.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo, SP: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais).

ALCOFF, Linda e DALMIYA, Vrinda. Are “Old Wives’ Tales” Justified? ALCOFF, L.; POTTER, E. (Org.). . Feminist epistemologies. Thinking gender. New York: Routledge, 1993. p. 217–244.

ALVAREZ, Eduardo e CAMISÃO, Verónica. **Guia operacional de acessibilidade para projetos em desenvolvimento urbano com critérios de desenho universal**. . [S.l.]: Banco Interamericano de Desenvolvimento. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/publications/portuguese/viewer/Guia-operacional-de-acessibilidade-para-projetos-em-desenvolvimento-urbano-com-crit%C3%A9rios-de-desenho-universal.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2023. , Jun 2007

BAUER, Greta R. e colab. **Intersectionality in quantitative research: A systematic review of its emergence and applications of theory and methods**. SSM - Population Health, v. 14, p. 100798, Jun 2021.

BEAUVOIR, Simone De. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. v. 2. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=EezJAwAAQBAJ>>. Acesso em: 9 ago 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze e GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e perspectiva negra**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 15–24, Abr 2016.

BIANOR, Maila de Oliveira. **O NÃO-SUJEITO EM DIREITOS HUMANOS: Aproximações entre teoria crítica e Teoria Queer na órbita da heterocisnormatividade**. 2019. Dissertação – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46521/46521.PDF>>. Acesso em: 18 set 2022.

BIROLI, Flávia e MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades**. Mediações - Revista de Ciências Sociais, v. 20, n. 2, p. 27, 25 Dez 2015.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. , 25 Ago 2009. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em: 22 mar 2023.

BUTLER, Judith. **PERFORMATIVIDAD, PRECARIEDAD Y POLÍTICAS SEXUALES**. AIBR. Revista de Antropología Iberoamericana, v. 4, n. 3, p. 321–336, 2009.

CARNEIRO, SUELI. **Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Geledés. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 6 jun 2021. , 6 Mar 2011

CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Thereza e COSTA, Albertina Gordo de Oliveira. **Mulher negra - Política governamental e a mulher**. São Paulo: Nobel, 1985. (Década da Mulher, 3).

CAU/BR. **1º Diagnóstico Gênero na Arquitetura e Urbanismo**. Diagnóstico. Brasília: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), 2020. Disponível em: <<https://www.caubr.gov.br/diagnostico-revela-o-perfil-da-desigualdade-de-genero-na-arquitetura-e-urbanismo/>>. Acesso em: 13 ago 2020.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, v. 31, n. 1, p. 99–127, Abr 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality's Definitional Dilemmas**. Annual Review of Sociology, v. 41, n. 1, p. 1–20, 2015.

COLLINS, Patricia Hill. **On violence, intersectionality and transversal politics**. Ethnic and Racial Studies, v. 40, n. 9, p. 1460–1473, 15 Jul 2017.

COLOMINA, Beatriz. WITH, OR WITHOUT YOU: THE GHOSTS OF MODERN ARCHITECTURE. Modern Women, Women Artists at the Museum of Modern Art. [S.l.]: Cornelia Butler e Alexandra Schwartz., 2010. .

COSTA, Najara Lima. **Quem é negra/o no Brasil? cotas raciais e comissões de heteroidentificação na prefeitura de São Paulo**. São Paulo, Brazil: Editora Dandara, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. **A URGÊNCIA da interseccionalidade**. . [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=akOe5-UsQ2o&t=4s>>. Acesso em: 18 set 2022. , 2016

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Policies**. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139–167, 1989.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171–188, Jan 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. **Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004. p. 7–16. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 18 set 2022.

DAVIS, Ângela. **A Liberdade é uma luta constante**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

DAVIS, Lennard J. **Enforcing normalcy: disability, deafness, and the body**. London ; New York: Verso, 1995.

DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012.

DINIZ, Debora. **Deficiência e Políticas Sociais – entrevista com Colin Barnes /Disabilities and Social Policy - Interview with Colin Barnes - Debora Diniz**. v. 15, n. 32, 2013. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14984/1/ARTIGO\\_DeficienciaPolitic asSociais.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14984/1/ARTIGO_DeficienciaPolitic asSociais.pdf)>. Acesso em: 22 mar 2023.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. 1. ed. São Paulo, SP: BRASILIENSE, 2007. v. 1. (Coleção Primeiros Passos).

DYER, Richard. **The matter of images: essays on representations**. 2. ed ed. London: Routledge, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 2. ed ed. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2010.

FPA e FRL. **Discriminação racial e preconceito de cor no Brasil**. . [S.l.]: Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo, 2003. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Discriminacao-Racial-Preconceito-Cor-Brasil-1.pdf>>. Acesso em: 17 set 2022.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. **Integrating Disability, Transforming Feminist Theory**. NWSA Journal, v. 14, p. 1–32, Out 2002.

GERASSI, Carolina Souza Dias e BRASIL, Patricia Cristina. **DIREITO CONSTITUCIONAL À AUTODETERMINAÇÃO DE GÊNERO CONSTITUTIONAL RIGHT TO SELF-DETERMINATION OF GENDER**. p. 27, 2014.

GLOBAL PARTNERSHIP FOR SUSTAINABLE DATA. **Reimagining Data and Power - A roadmap for putting values at the heart of data**. . [S.l.]: Parceria Global para Dados de Desenvolvimento Sustentável, Jul 2022. Disponível em: <<https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/2022-07/Final%20White%20Paper%20designed%20%28English%29.pdf>>.

GOMES, Gabriel Pinheiro de Siqueira. **PRETOS E PARDOS, UNI-VOS.OS DESAFIOS DE(O) SER NEGRO NOBRASIL DO SÉCULO XXI**. REVISTA DESENVOLVIMENTO E CIVILIZAÇÃO, v. 2, n. 1, p. 80–106, 2021.

GOMES, Irene e MARLI, Mônica. **As cores da desigualdade**. Retratos - a revista do IBGE, v. 11, p. 14–19, Maio 2018.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Algumas palavras sobre o entre o encardido, o branco e o branquíssimo. SCHUCMAN, L. V. Entre o “encardido”, o

“branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. p. 13–15. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>>. Acesso em: 11 ago 2022.

HARDING, Sandra. Rethinking Standpoint Epistemology What Is Strong Objectivity. ALCOFF, L.; POTTER, E. (Org.). . Feminist epistemologies. Thinking gender. New York: Routledge, 1993. p. 49–82.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, v. 26, p. 61–73, Jun 2014.

INCLUSIVE DATA CHARTER. **When and how to use multivariable analysis for identifying intersectional inequalities - How intersectionality informs Sightsavers’ research on avoidable blindness in Kogi, Nigeria**. . [S.l.]: Inclusive Data Charter, 2021. Disponível em: <[https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/file\\_uploads/JN\\_1286\\_IDC\\_KP\\_Sightsavers\\_CaseStudy.pdf](https://www.data4sdgs.org/sites/default/files/file_uploads/JN_1286_IDC_KP_Sightsavers_CaseStudy.pdf)>. Acesso em: 12 set 2022.

IRIGARAY, Luce. **This sex which is not one**. Ithaca, N.Y: Cornell University Press, 1985.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale. Critiques de l’Économie Politique. [S.l: s.n.], 1978. v. 5. p. 65–97.

KILOMBA, Grada. **Palestra-performance “Descolonizando o Conhecimento”**. . São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs>>. Acesso em: 18 set 2022. , 2016

KLERK, KHENSANI DE. **O peixe morto na praia: o problema das “mulheres na arquitetura”**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/919254/o-peixe-morto-na-praia-o-problema-das-mulheres-na-arquitetura>>. Acesso em: 6 jun 2021.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. HOLANDA, H. B. DE (Org.). . Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 95–118. . Acesso em: 9 ago 2022.

LORDE, Audre. Não Existe Hierarquia de Opressão. HOLANDA, H. B. DE (Org.). . Pensamento Feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 95–118. . Acesso em: 9 ago 2022.

MANDRUP, Dorte. **I am not a female architect. I am an architect**. dezeen. [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.dezeen.com/2017/05/25/dorte-mandrup-opinion-column-gender-women-architecture-female-architect/>>. Acesso em: 17 set 2022. , 25 Maio 2017

MENDES, Cristiano. **Pós-estruturalismo e a crítica como repetição**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 30, n. 88, p. 45, 2 Jun 2015.

MOISSET, Inés. **Vacíos historiográficos. La ausencia de las mujeres en la historia de la arquitectura argentina**. XXXIV Jornadas de Investigación, 2020. Disponível em: <<https://publicacionescientificas.fadu.uba.ar/index.php/actas/article/view/1686>>. Acesso em: 30 abr 2022.

NEPOMUCENO, Maristela Ferro e ASSIS, Raquel Martins De e CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda De. **Apropriação do Termo “Pessoas com Deficiência”**. Revista Educação Especial, p. e15/ 1-27, 27 Maio 2020.

OMS. **Relatório mundial sobre a deficiência**. . São Paulo: Organização Mundial da Saúde, Banco Mundial, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Resolução A/RES/70/1 [internet]**. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 12 set 2022. , 2015

OSORIO, Rafael Guerreiro. **TEXTO PARA DISCUSSÃO No 996. O SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DE “COR OU RAÇA” DO IBGE**, p. 53, 2003.

PHILLIPS, Anne. **O que há de errado com a democracia liberal?** Revista Brasileira de Ciência Política, p. 339–363, Dez 2011.

REGIMENTO GERAL DO CAU. Resolução CAU/BR nº 139. . , 28 Abr 2017. Disponível em: <<https://transparencia.caubr.gov.br/regimentogeral/>>. Acesso em: 12 set 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. (Feminismos plurais).

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 2013, [S.l: s.n.], 2013. p. 1–12. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618\\_ARQUIVO\\_cristianorodriguesFG2013.pdf](http://www.fg2013.wwwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf)>. Acesso em: 18 set 2022.

ROUHANI, Setareh. **Intersectionality-informed Quantitative Research: A Primer**. . [S.l.]: The Institute for Intersectionality Research & Policy, SFU. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d56a/9eba2da23ab70bfadd9ca2e076af4a3a62cc.pdf>>. Acesso em: 14 ago 2020. , 2014

SACCHET, Teresa. **Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas**. Revista Estudos Feministas, v. 20, p. 399–431, Ago 2012.

SAID, Edward W. e BUENO, Tomas Rosa. **Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente**. 3. reimp ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.



SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que têm deficiência? (2013)**. 2013.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. Doutorado em Psicologia Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/>>. Acesso em: 11 ago 2022.

SCOTT BROWN, DENISE. **Room at the Top? Sexism and the Star System in Architecture**. MAS CONTEXT. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://www.mascontext.com/issues/27-debate-fall-15/room-at-the-top-sexism-and-the-star-system-in-architecture/>>. Acesso em: 6 jun 2021. , 17 Dez 2015

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 8 ago 2022.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do racismo: aspectos jurídicos e sociocriminológicos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

TEIXEIRA, Analba Brazão e DA SILVA, Ariana Mara e FIGUEIREDO, Ângela. **Um diálogo decolonial na colonial cidade de Cachoeira/BA: entrevista com Ochy Curiel**. Cadernos de Gênero e Diversidade, v. 3, n. 4, p. 106, 21 Dez 2017.

THEODORO, Mário. As relações raciais, o racismo e as políticas públicas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2013, São Paulo. Anais... São Paulo: Anpoc, 2013. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-37-encontro/mr-2/mr10/8786-as-relacoes-raciais-o-racismo-e-as-politicas-publicas/file>>. Acesso em: 18 set 2022.

UNION INTERNATIONALE DES ARCHITECTES. **Policy on Gender Equity in Architecture**. [S.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender\\_equity\\_policy\\_2017\\_12.pdf](https://www.uia-architectes.org/webApi/uploads/ressourcefile/380/gender_equity_policy_2017_12.pdf)>. Acesso em: 13 ago 2020. , 2017

UPIAS. Fundamental Principles of Disability. 1975, Londres. Anais... Londres: Union of the Physically Impaired Against Segregation e Disability Alliance, 1975.

WAISMAN, Marina. **O Interior Da História: Historiografia Arquitetônica Para Uso de Latino-americanos**. Tradução Anita Di Marco. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. (Coleção Estudos (São Paulo, Brazil).: Arquitetura).

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WRIGHT, Gwendolyn. On the fringe of the profession. Women in American architecture. KOSTOF, S. (Org.). The Architect. Chapters in the history of the profession. New York: Oxford University Press, 1977. .

Lei nº 12378. . , 31 Dez 2010. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12378.htm)>.  
Acesso em: 12 set 2022.